

# PORTUGAL democrático

ANO III — N.º 21

SÃO PAULO, FEVEREIRO DE 1959

Cr\$ 3,00

- \* A Nova República deve nascer adulta, por Criticus — pág. 8
- \* Salazaristas Teleguiados, por Adolfo Casais Monteiro — pág. 4
- \* Opiniões Insuspeitas, por Sarmento Pimentel — pág. 5
- \* "O Século" e a "Lusitania" insultam os portugueses do Brasil — pág. 7

## A manobra falhou

O pedido de asilo do general Humberto Delgado à Embaixada do Brasil suscitou uma rara unanimidade de comentários por parte da imprensa brasileira, que aproveitou o fato para condenar, uma vez mais, o regime de Salazar, não se deixando ludibriar pelas explicações, apressadas e falsas, do Estado Novo. Esta simultaneidade na repulsa ao salazarismo foi quebrada, entretanto, por um jornal do Rio.

Como nos círculos que exprimem a opinião daquela meia dúzia de comendadores que se arrogam a ridícula pretensão de serem interpretes da "colônia", o artigo em causa tivesse despertando grande entusiasmo, logo "A Voz de Portugal", recebeu ordem para inserir um editorial tirando o chapéu ao único quotidiano brasileiro que teima em não compreender que Portugal está deseioso de ver partir para sempre o sr. Salazar.

O amontoado de diálatas debitado pelo escriba do órgão do SNI no Brasil é certamente do conhecimento dos nossos leitores pois foi reproduzido COMO ANUNCIO (prova de que ninguém neste país lê a Voz de Portugal) nos principais diários do Rio e de São Paulo. Essa publicidade escandalosa, imoral e perfeitamente inútil, custou mais de cem contos que desta vez não saíram das algibeiras dos comendadores mas, ao que tudo indica, dos cofres da embaixada. Por outras palavras, o sr. O. Salazar tenta refazer o seu hoje inexistente prestígio com o dinheiro do contribuinte português.

É provável que os salazaristas, depois deste esforço, pensassem que as coisas não ficassem por aqui. O pior é que... toda a imprensa continuou atacando o Estado Novo e prestigiando a figura do general Delgado.

Foi então que o Secretariado Nacional de Informação soltou aquilo que calculava ser a arma secreta, o grande tiro: as moções de apoio ao artigo do citado jornal brasileiro desta vez por parte das associações dos portugueses do Brasil. Este golpe, porém, acabou por revelar o estado de desorganização do salazarismo no Brasil, pois apenas quatro associações, cujos nomes estampamos para conhecimento futuro, corresponderam ao apelo. O Orfeão Portugal, a União Portuguesa Oliveira Salazar (com este nome era de esperar, não?), a Casa do Porto (este Porto não é, certamente, a cidade invicta de tão grandes tradições democráticas) e a Federação das Associações Portuguesas, cujo programa de conformismo já diz tudo, pois confessa ser "constituída por portugueses que tigram em se manter obedientes e respeitosos aos poderes constituídos, quer de Portugal, quer do Brasil".

E a isso se limitou, no Rio e em São Paulo, a campanha de aplauso ao corporativismo, no caso Humberto Delgado. Como vêm os nossos leitores de Portugal, vai longe o tempo em que António Ferro, despejando o dinheiro dos contribuintes portugueses às mãos cheias por esse Brasil fora, conseguia comprar boa parte da imprensa desta terra que, nesses dias de sol alto para o Estado Novo dos dois lados do Atlântico, era tão sensível a apêlos deste tipo como, infelizmente, continua a sê-lo a nossa imprensa de hoje. As coisas mudaram muito e presentemente essas manobras já só conseguem "obter" as pobres adesões que mencionamos.

Os "Séculos" e outros "Diários de Notícias" de Lisboa, que abrem manchete na primeira página para anunciar qualquer louvaminha brasileira ao "bem amado condutor lusitano", vêm sear as suas fontes de abastecimento. Dentro em breve, nem os diligentes e imaginativos diretores da ANI conseguirão enviar-lhes, destas bandas, o material de que necessitam para ludibriar o povo português.

Ainda a propósito do "caso Delgado", tão amplamente focado na nossa edição especial, um aspecto há para o qual não queremos deixar de chamar a atenção nossos leitores. Na sua descozida argumentação afirma o governo do sr. Salazar que nada impedia o general de se ausentar de Portugal como qualquer cidadão. Esquecem os arautos da propaganda do seráfico professor de Santa Comba que, por duas vezes, o Ministério da Defesa impediu o ilustre oficial de sair do País para visitar, primeiro o Brasil, e depois a Itália. Esquecem também e principalmente que se encontra em curso um processo em que o general é acusado de ter colaborado ativamente na divulgação do manifesto que levou à prisão quatro intelectuais que haviam convidado Aneurin Bevan a fazer conferências em Portugal. Francamente, não compreendemos como poderia sair livremente do País um homem demandado pela justiça civil... Será a memória do sr. Salazar tão fraca que se tenha esquecido desse pormenor insignificante: o processo movido contra o general?



## Mensagem aos generais portugueses

Centenas de manifestos continuam circulando em todo o território português, do Minho a Timor, denunciando os crimes da ditadura salazarista. Um desses volantes clandestinos, redigido sob a forma de "mensagem", é endereçado aos Generais Portugueses. A evolução dos acontecimentos em Portugal indicam que os oficiais do Exército não permanecem indiferentes ao descabimento em que está a precipitar-se aceleradamente o regime fascista de Salazar.

## PARA VERGONHA DA PROFISSÃO JORNALISTICA

Numa das suas edições em magnífico papel de arroz, o Boletim editado pelo SNI para propaganda no estrangeiro do regime do Sr. O. Salazar transcreve com grande relevo os comentários dedicados pela amordaçada imprensa portuguesa ao caso suscitado pela projectada visita de Aneurin Bevan. Todos os que trabalham neste jornal passaram por redações de Lisboa e conhecem, portanto, o clima que nelas se respira e o valor que têm os editoriais impostos pelo governo. A opinião brasileira também está devidamente esclarecida e sabe bem o que o povo português pensava acerca das visitas de Bevan e de Julio de Mesquita Filho e daqueles que as proibiram. Pelo que se refere ao Brasil, o esforço do SNI é,

assim, perfeitamente inútil. Confessamos, no entanto, que não foi sem surpresa que lemos alguns dos artigos em questão. No seu desejo servil de agradar ao Sr. Salazar, os diretores de varios jornais vão mais longe do que se lhes pedia ultrapassando na sua objeção tudo quanto seria de esperar. Dir-se-ia que a opinião portuguesa, que os despreza e que lhes pedirá contas um dia, é um monopólio do Sr. Augusto de Castro, do Sr. Manuel Correia ou do Sr. José Manuel da Costa. Registre-se que todos os que trabalham neste jornal, como portugueses e como jornalistas se sentem nauseados ante a publicação dos editoriais insertos no "Diário de Notícias", "Diário Ilustrado", "Diário do Norte", "Voz" e "Diário da Manhã", e "O Século".

## O Brasil apoia Delgado contra Salazar

Se alguma dúvida subsistia ainda no espírito dos nossos leitores de Portugal e do Ultramar sobre o descrédito ao salazarismo no Brasil, os artigos, crônicas e comentários que abaixo transcrevemos, dissipam-na. O "caso Delgado" teve assim, entre outros, o mérito de vir provar que — todo o Brasil — os escritores, os jornais, a rádio, a televisão, o homem da rua — está ao lado da Nação Portuguesa na sua luta contra o Estado Novo e o seu chefe. Na impossibilidade de reproduzirmos as centenas de manifestações de simpatia pelo general Humberto Delgado que vieram publicadas, transcrevemos tão só os editoriais de algumas dos principais quotidianos do Rio e de São Paulo e duas ou três crônicas de figuras consagradas. Registre-se que a diversidade de tendências políticas dos jornais escolhidos reflete bem a unanimidade de opiniões acerca do "caso Delgado".

### O Brasil Salvou Delgado

O Brasil salvou do cárcere Jaime Cortesão, António Sérgio, Azevedo Gomes e Veira de Almeida, ainda há bem pouco tempo e, salvou agora, da prisão e da humilhação, o general Humberto Delgado no momento em que a polícia, adestrada pelos antigos mestres do fascismo europeu, se preparava para lhe dar a mesma sorte do capitão Henrique Galvão, hoje reduzido a uma sombra numa enfermaria, isolado e espiado, como para fazerem dele além de uma sombra, uma sombra demente.

É necessário que o povo do Brasil saiba a grandeza da luta que hoje se trava em Portugal pela democracia, os sacrifícios diários que representa e a importância do líder da oposição, o general Humberto Delgado, ter podido salvar-se de uma das muitas prisões políticas existentes, desde a que fica, e não por acaso, ao lado do cemitério do Prado do Repouso, até aos aljubes do Porto e Lisboa, à Trafaria, ao campo de concentração de Periche, ao do Castelo de S. João Batista, na Ilha Terceira, e ao do Tarrafal, em Cabo Verde, para não falarmos no continente africano ou em Timor, na Ásia longínqua. As descobertas, legítima glória de Portugal, as terras onde chegaram os navegadores, servem hoje para instalar prisões onde morrem lentamente os democratas, os que desejaram, contra Salazar, a vitória dos aliados na última guerra; os que acreditam na ONU, e pretendem cumprir os seus princípios; os que desejam uma imprensa sem censura e uma pátria sem terror.

A uma dessas prisões estava destinado o general Delgado, como tantos outros militares e civis, quando o líder da oposição resolveu pedir asilo à Embaixada do Brasil. Afirmar que o seu gesto é apenas para oferecer um espetáculo é desconhecer a situação existente em Portugal

ou pretender mistificar o povo brasileiro. (1).

O que milhares de cidadãos não puderam fazer e por isso jazem nas prisões ou foram alquebrados ou aniquilados realizou o general Delgado. E o que Delgado foi proibido de fazer, vir ao Rio e a São Paulo, a convite de organismos luso-brasileiros, será agora feito, pois Salazar cederá porque precisa totalmente de Brasil e teme enfrentar a opinião pública deste país — já que esta opinião pública não poderá esmagar, nem fazer silenciar, ou visar pela comissão de censura.

O gesto de Humberto Delgado faz parte de um processo de luta cada vez mais intenso contra a ditadura e o pior golpe que podia ter vibrado; neste momento, ao governo e às suas mistificações foi demonstrar ao mundo a situação em que se encontra o país e o perigo que correm mesmo generais do exército e o próprio candidato à Presidência da República.

O povo português, precisa, na sua luta pela democracia, do apoio da opinião pública mundial, uma parte iludida pela propaganda feita no exterior, propaganda paga, e outra explorando sentimentalmente as emoções patrióticas dos portugueses, sobretudo nas Américas, longe da realidade e confundindo a Pátria com um governo — como se Portugal só existisse desde Salazar, o Brasil tivesse sido descoberto por Salazar, a independência de Portugal durante oito séculos tivesse sido obra de Salazar, os seus grandes homens, desde um Camões até a um Egas Moniz (Prémio Nobel), tivesse sido inspirados por Salazar. Tudo em Camões, homem da Renascença e cantor das descobertas, homem do mar largo, da grandiosidade, do amor humano e da ternura, é contrário à medio-

cridade e à desumanidade do professor de Santa Comba. Quanto a Egas Moniz, o único Prémio Nobel português, aliás, pelo Brasil, era nada menos que o candidato da oposição à Presidência da República.

As últimas eleições em Portugal, apesar de falsificadas, tiveram contudo o mérito de revelar ao mundo a resistência frontal do país ao governo que, apoiado numa casta militar e em poderes internacionais, explorando a guerra fria e exercendo a guerra do terror interno, consegue, até hoje, manter-se no poder. Mas o processo de decomposição é (Continua na pág. 6)

## "Colônia Portuguesa"

Aproveitando para o efeito a data simbólica do 31 de Janeiro, iniciou agora a sua publicação o quinzenário "Colônia Portuguesa" que se propõe, de acordo com o seu programa, ser mais um órgão da luta que se trava neste País por Portugal e pelo seu povo. "Portugal Democrático" saúda com a maior simpatia o aparecimento desta nova tribuna de combate à ditadura salazarista e, retribuindo as palavras com que "Colônia Portuguesa" quis distinguir a sua ação, faz votos para que o seu novo colega tenha longa vida e saiba manter sempre o entusiasmo e a fé que estão na origem do seu aparecimento.

## PODE SAIR, DELGADO!



(Da "Folha da Manhã")



# O ÚLTIMO DISCURSO DE SALAZAR

Augusto Ribeiro Gomes

No dia 8 de Dezembro p.p., na tomada de posse da Comissão Executiva da União Nacional — o partido único — Salazar proferiu um discurso que, apesar das suas declarações iniciais de pretensa nulidade política, é por demais esclarecedor para que deixemos sem comentários as palavras do ditador.

Antes de entrarmos a dissecar a prosa contraditória do "chefe", parece-nos indispensável lembrar alguns fatos recentes cuja importância abriu novos horizontes à luta do Povo Português contra o terror e a ditadura fascistas.

Quando, em princípios de Maio de 1958, se iniciou o período eleitoral de relativa liberdade para a oposição portuguesa que terminaria, trinta dias após, com a burla eleitoral de 8 de junho, pode dizer-se que só alguns opositores estavam conscientes do valor da oposição ao regime salazarista. Para muito poucos seria evidente que a oposição à ditadura se estendia já, em formação contínua, desde as camadas mais sacrificadas da classe operária até às mais favorecidas da grande burguesia nacional. Para muito poucos seria evidente que o salazarismo, após 32 anos de opressão e exploração das camadas trabalhadoras e da burguesia nacional unicamente em proveito dos monopolistas, tinha perdido a quase totalidade das suas reservas políticas, contando, tão só, com o apoio desse punhado de monopolistas e das forças repressivas, P.I.D.E., G.N.R., e parte da P.S.P.. As próprias forças armadas, das quais uma grande parte dos oficiais se viria a revelar francamente do lado da oposição, tinham deixado de constituir um apoio seguro para a ditadura.

Após as eleições e as greves políticas que se lhe seguiram e mobilizaram mais de 60.000 operários industriais e agrícolas, culminando nas jornadas de protesto nacional contra a ditadura salazarista e a burla eleitoral, tinha-se entrado em Portugal numa nova era da luta do Povo Português contra o salazarismo.

Um dos méritos dos acontecimentos políticos que se desenrolaram de Maio a Agosto de 1958 foi, sem dúvida, o de demonstrar que a Nação se encontrava, em bloco, contra o punhado de monopolistas e aventureiros salazaristas que, pela força das armas, se mantem no poder. Isto ficou claro, quer nacionalmente, quer internacionalmente.

Unificadas as duas candidaturas, depois de 20 dias de campanha eleitoral, com a realização de comícios gigantescos dos dois candidatos, nos quais, o que se lhes pedia mais insistentemente, era a sua integração numa só candidatura de oposição, só então os salazaristas se aperceberam do enorme perigo que corriam. O tom e o histerismo dos discursos dos seus apaniguados, as atabalhoadas medidas repressivas, desercionárias e de prevenção que então tomaram, chegariam para o provar. Quem nessa altura apreciasse os seus preparativos bélicos, mais poderia pensar que se estava nas vésperas duma revolução nacional contra a ditadura do que dum pleito eleitoral. Os próprios fascistas se encontraram divididos. No final duma reunião de três dias do Conselho de Ministros, pela primeira vez, Salazar teve de aceitar a sua impotência para impor aos seus acólitos as medidas que entendia apropriadas à situação decorrente da farsa eleitoral de 8 de Junho. Nessa reunião, as duas facções mais activas, uma, a dos ultras, chefiada pelo então ministro da Defesa coronel Santos Costa, outra, a conciliatória, chefiada pelo ex-ministro da presidência Marcelo Caetano, mostraram-se de tal forma irredutíveis, que obrigaram Salazar a esperar pela investidura do Presidente Américo Tomaz para tentar retomar a chefia, incontestavelmente abalada.

Nem o estafado disco do papão comunista — em Portugal poucos nele acreditam já — pôde impedir que desde os monárquicos liberais passando pelos católicos de direita, até à extrema esquerda, incluindo o Partido Comunista, se formasse um sólido bloco de oposição que em potentes manifestações pacíficas, de Norte a Sul do País, abalou irremediavelmente a ditadura fascista de Salazar. Pois bem, depois desses 30 dias em que a voz unânime de protesto da nação se fez ouvir, apesar das medidas repressivas e discriminatórias usadas pelo ditador: depois de terem sido atribuídos, pelos próprios serviços do Ministério do Interior, 25% dos votos expressos ao candidato da oposição general Humberto Delgado, apesar da enorme falcatrua que a eleição representou; depois do potente movimento de greves políticas de protesto contra a burla

eleitoral; depois das jornadas nacionais em que de todo o lado se levantava a voz de "demissão do governo salazarista, eleições livres e sérias; depois, Salazar bota faladura, e que diz?

## DITADOR HÁ 32 ANOS

"As divisões políticas tenho-as julgado na máxima parte artificiosas, ...; o povo, como povo, sobretudo se está na raiz de uma velha nação, tende para a unidade, apreende de quase por instinto o interesse colectivo e só aspira a ser bem conduzido e governado".

Ditador há 32 anos, para ele, a oposição não existe. Há, sim, várias divisões políticas entre políticos, já se vê, porque o povo, esse, não passa duma massa amorfa, precisa de ser "conduzido e governado". Ideias não sabe o que são, muito menos ideias políticas. É desaforo, S. Exa. não se limita a passar um diploma de menoridade política ao Povo Português, vai mais longe, tudo o que lhe concede é uma espécie de instinto gregário que existe nas manadas de animais selvagens.

## AS BRECHAS DO SALAZARISMO

Mais adiante: "... Mas as paixões que foram desencadeadas no último período eleitoral, devemos reconhecer que ameaçam abrir brechas "nesta frente..." A frente é, naturalmente, o grupelho salazarista, as ameaças de brechas são, afinal, a insubordinação e a desorientação que S. Exa. aceita existirem nas suas minguadas hostes.

## A UNIDADE DA OPOSIÇÃO

"... Essa frente, uns tantos, poucos, monárquicos a quiseram romper, alguns católicos se jactam de "a haver rompido e com tal desen-voltura que lograram o aplauso não só de liberais com quem se irmanaram pela sua pretensão partidária como dos comunistas, que diríamos estarem no polo oposto aos princípios e interesses da Igreja..."

Agora sim! Agora está S. Exa. no seu ambiente preferido — o papão comunista. Convém chamar a atenção para uma inexactidão do texto. Os monárquicos não "quiseram romper", romperam de facto, e, atestado-o, há as declarações inequívocas a seu tempo feitas aos jornais por alguns monárquicos liberais dos mais representativos, além das circulares que um grupo de monárquicos distribuiu e que S. Exa. deve ter lido. Quanto à substância, S. Exa. ou não quer perceber, ou, como o povo diz: ou o é, ou se faz... Não, Exa.! Se os católicos se juntaram aos comunistas não foi por desejarem ser categorizados pela ideologia vermelha. Nada disso, Exa.! Se se uniram é por estarem de acordo num ponto: V. Exa. e tudo o que representa devem ser eliminados da vida política portuguesa, por nocivos aos interesses de Portugal e do seu povo que, entre outros, é constituído por democratas cristãos e comunistas. Aliás, Exa., é preciso compreender, duma vez para sempre que as divergências ideológicas que possam existir entre cidadãos portugueses é assunto que só a eles diz respeito, não diz e nunca dirá respeito a si, mero ditador fascista, representante dos inconfessíveis interesses que exploram o sangue e a miséria do Povo Português.

## SALAZAR E O BOM NOME DA IGREJA

"... Ser-me-ia sumamente penoso, a mim que alguma coisa contribuí para a pacificação religiosa e para a liberdade da Igreja em Portugal e para o regime de prestígio "so carinho de que a mesma tem sido cercada nos últimos 30 anos, "ter de apresentar reparos, e, em nome dum poder igualmente legítimo na sua esfera de acção, dizer "quais os limites que de todos os modos se fariam respeitar a bem "do interesse nacional."

Certos da aquiescência de S. Exa., dividiremos este período nas duas partes que o constituem. A primeira está em manifesta contradição com a opinião de um dos mais ilustres e autorizados representantes da Igreja Católica Portuguesa, S. Ema. Revma. o Bispo do Porto. Ainda recente, é o ofício dirigido justamente a S. Exa., no qual S. Ema. Revma., ao justificar as suas discordâncias à actual situação salazarista, diz a esse respeito: "A grande e trágica realidade, que já se conhecia mas que a campanha eleitoral revelou de forma irrefragável e escandalosa, é que a Igreja em Portugal está perdendo a confiança dos seus melhores." E, mais adiante: "Está-se perdendo a causa da Igreja na alma do Povo, des operários e da juventude..."

Se não bastasse esta afirmação, sem dúvida fundamentada e autorizada de S. Ema. Revma., poderíamos acrescentar o que hoje é evidência para os meios católicos mais esclarecidos: o salazarismo sempre tentou, conseguindo-o até há pouco, servir-se do bom nome da Igreja e dos católicos para acobertar a sua política de opressão e exploração. Esta política, foi, e é, enormemente prejudicial aos interesses da Igreja em Portugal. Em conclusão, na primeira parte S. Exa. não apenas mente, como se ufana de ter protegido e acarinado a quem prejudicou seriamente. Passemos à segunda parte. Aqui a clareza é indiscutível — uma simples ameaça. Esta característica já é proverbial em S. Exa., que só é elar quando ameaça. Neste caso, limita-se a colocar à Igreja o seguinte dilema: ou comigo, ou na cadeia. Por que, "dizer quais os limites que de todos os modos se fariam respeitar", dito por S. Exa., faz pensar em coisas piores do que cadeia. Os democratas portugueses mortos nos campos de concentração salazaristas, brutalmente espancados nas cadeias, até à morte, presos in-comunicáveis sem culpa formada durante anos, condenados às célebres "medidas de segurança", sorte de prisão perpétua para além da pena cumprida por delitos de opinião; os democratas e o povo indefesos, metralhados nas ruas, sabem que a isto, chama S. Exa. — "safanões dados a tempo". Que poderá significar a expressão "de todos os modos", dita pela mesma pessoa? Sem dúvida, os esbirros e assassinos da Pide, pagos com o dinheiro arrancado ao povo, mas directamente às ordens de S. Exa., com facilidade interpretação a palavra do "chefe". É também a isto que S. Exa. chama — "poder igualmente legítimo..."

## O PARTIDO ÚNICO

"Não é segredo para ninguém que "nem a Comissão Central nem a Comissão Executiva têm podido dar "em todos os momentos à organiza-ção aquele impulso e directrizes "que se fariam mister."

Lamentamos, Exa.! O seu querido "partido único" não tem uma orientação ou a que tem é falha, mas se não é segredo para ninguém, porque repeti-lo? Não quer com certeza fazer-nos acreditar que será agora, após 32 anos de falta de orientação, que começará a tê-la; para mais, convém lembrar que o principal responsável pela doutrinação é S. Exa., a pomposa Comissão Central e a não menos pomposa Comissão Executiva não tem outra função que não seja a de dizer amen.

"Nós temos insistido em que no "funcionamento dos serviços, no "provimento dos cargos, na concessão e distribuição de benefícios, "não há política, não se faz política. Isto exige uma con- "partida — que os mesmos bene- "ficiados com a nossa renúncia não "façam política contra "o regime "que os favorece."

Que entende S. Exa. por "ausência de política"? Que entende S. Exa. por "concessão e distribuição de benefícios"? A leitura atenta e a nossa longa experiência da realidade salazarista não deixam dúvidas. Ausência de política, já que dela se trata, é a concordância com a política de S. Exa., é a convivência com os seus propósitos de exploração e opressão. S. Exa. dá toda a liberdade aos que pretendam ao desempenho de funções públicas, podem mesmo não concordar com ele — uma só condição — não o expressarem nem por palavras nem por atitudes. Para "não fazer política", há que fazer a sua.

## OS "BENEFÍCIOS"

Quanto aos "benefícios" vejamos o que significam. Serão os benefícios que o governo salazarista entende dever distribuir por esta ou aquela região do País — concessão de verbas, melhoramentos públicos? A estes não se refere S. Exa., aí haveria por força política a política económica "do governo salazarista"; que, a este respeito, bem pouco se pode falar de benefícios, mas de malefícios, extorsão de milhões em impostos para para pagar o apoio que recebe dos círculos mais reaccionários, nacionais e estrangeiros. Ainda há pouco S. Exa. "doou" mais de Esc. 3.100 milhões ou cerca de 15.500 milhões de cruzeiros), para compra de armamento, e melhor diríamos, sucatas de armas, tão velhas e obsoletas são. É bem verdade que são pagas como novas, mas só para fundição poderiam ser úteis.

Será a palavra "benefícios" oca, mera propaganda? Não, S. Exa. não usa fazê-lo, costuma deixar esse

trabalho aos seus obedientes ministros, além de ter um departamento especializado, o S.N.I., que se encarrega de tarefa tão árdua e tão custosa, sobretudo no que diz respeito a uso externo.

Os "benefícios" de que S. Exa. fala são reais e mesmo enormes. De facto, o governo salazarista pode sob certos aspectos considerar-se uma próspera "associação de beneficência": contribuintes, 9 milhões de portugueses, beneficiários, os monopólios nacionais e estrangeiros e o seu grupelho. Os "benefícios" são as negociações que por sobre o dorso do povo se efectuam e os chorudíssimos cargos de pseudos administradores e pseudos representantes do Estado nos conselhos de administração dos monopólios favorecidos. Nem S. Exa. iria falar aos seus apaniguados da U. N. em outros "benefícios" que não fossem os das suas barrigas.

## "GOVERNO EXCELENTE, POLÍTICA PÉSSIMA"

"Eu digo que não se pode invocar "a técnica e só a técnica quando te- "mos diante de nós homens e neces- "sidades humanas a satisfazer; nem "a técnica se há-de sobrepor à poli- "tica que sem ela não existiria ou "não poderia trabalhar." E, mais adiante — "Não confundamos a "política com o governo: este pode "ser excelente e, como se tem visto, "ser péssimo aquela..."

Depois, admira-se S. Exa. quando constata a falta de orientação do seu querido "partido único". A verdade é que ele pouco ajuda e de certo modo chegará a perturbar o seu auditório. Sim, por que, ou S. Exa., quando opõe a técnica à política, pretende não só copiar M. De Lapalisse, ou, então, a "técnica" é também a técnica governativa, a administração da coisa pública, pensando S. Exa. que ela se deve submeter à política, em última análise, determinante. Pois bem, algumas linhas mais abaixo, que lemos? "O governo pode ser excelente e a política ser péssima". Analisemos um pouco mais detalhadamente esta asserção de S. Exa.. Tudo seria mera especulação e não nos mereceria reparo se não acontecesse serem justamente o governo e a política salazaristas que estão em causa.

Há 32 anos o salazarismo governa Portugal, 32 anos de poder absoluto e discrecionário. Quais são os resultados que tem para nos apresentar o governo que, segundo o seu "chefe", é "excelente"? Para os portugueses que vivem e labutam em Portugal não são poucos os resultados demonstrativos, nem valeria a pena comentar a excelência do governo salazarista. Para esses, o dia-a-dia de dificuldades sempre crescentes, a fome e o desemprego já olhados como mal endémico, são a prova cabal de tal "excelência". Aliás, os milhares de manifestações de massas da oposição anti-salazarista, nomeadamente as do último período eleitoral, assim como as greves políticas e as jornadas nacionais de protesto que se lhes seguiram, dizem melhor do que quaisquer números o que sente a grande maioria do povo português. Se atentarmos no carácter plebiscitário que têm tido as eleições em Portugal — por Salazar ou contra Salazar — veremos que o povo português tem opinião contrária à do ditador: o governo salazarista não é excelente, é péssimo.

Para os portugueses que vivem no Brasil, para os nossos amigos brasileiros, dada a propaganda deformante com que o governo salazarista não se cansa de decantar as suas "excelências", daremos resumidamente alguns números esclarecedores.

## OITO ESCUDOS DIÁRIOS

Segundo o Anuário Estatístico de 1955, em vários distritos do País as jornadas médias na agricultura eram de Esc. 16 e 17 para homens e de 8 e 9 para mulheres — quando o quilo de pão de trigo custava Esc. 4:50!

Em Lisboa, de 1930 a 1955, houve um aumento de duzentos mil habitantes — e consumo de carne diminuiu de 2.000 (duas mil) toneladas por ano.

O salário mínimo é, em Lisboa, de cerca de Esc. 25 por dia, mas os trabalhadores não ganham nem os domingos nem os feriados: o quilo de carne de vaca de primeira custa Esc. 40...

Em Lisboa, e sempre segundo os números oficiais, nos bairros de lata, (barracas feitas de caixotes velhos e de latas), vivia 10% da população da capital...

As disponibilidades alimentícias li- quidas por habitante e por ano, re-

ferentes a 1953-54 eram, comparadas por exemplo com as da Holanda em igual período, açúcar — menos de metade, carne — menos de metade, leite — menos que a oitava parte, gorduras — metade!

Segundo os estudos da F.A.O., o nível alimentar médio em Portugal, em 1950-51, não ultrapassou a cifra de 2.450 calorias — considerado insuficiente mesmo para crianças de doze anos.

Enquanto isto, só dez empresas monopolistas portuguesas e estrangeiras, a saber: Cia. dos Diamantes de Angola, SACOR (importação e refinação de petróleo), Anglo-Portuguese Telephone, Cias. Reunidas de Gás e Electricidade, Cia. dos Caminhos de Ferros de Benguela, MABOR (borracha e pneumáticos), Cia. Portuguesa de Celulose, União Eléctrica Portuguesa, Carris de Ferro de Lisboa, Rádio Marconi tiveram de lucros líquidos confessados cerca de 1% do rendimento nacional bruto.

O rendimento nacional bruto, a preços constantes, se tomarmos como base 1938, não só não aumentou como até sofreu um recuo.

Segundo os insuspeitos economistas da O.E.C.E., num relatório de Janeiro de 1954, a produção industrial portuguesa se não não é estável ou estagnada, não marca mais do que um débil e anémico progresso.

Em 1955, cerca de 60% dos partos havidos em Portugal não tiveram qualquer assistência, nem de médico nem de parteira, e 30% dos óbitos foram de crianças até 5 anos de idade.

## 0,5% DA POPULAÇÃO NAS UNIVERSIDADES

Sempre na mesma data, 400 mil moços e moças de 12 a 14 anos e 438 mil jovens de 15 a 17 anos labutam nas fábricas e oficinas, nos campos e escritórios, com salários que muitas vezes não atingem 5 esc. diários e, em muitos casos, não recebem qualquer salário, a pretexto de aprendizagem.

O ensino secundário e superior é frequentado por cerca de 3% do total da população com menos de 24 anos, sendo que só cerca de 0,5% frequenta o ensino superior.

A enorme maioria dos trabalhos assalariados não tem direito a aposentação, nem a qualquer espécie de assistência na doença. As chamadas "caixas de previdência" auferem anualmente milhões dos descontos dos assalariados que nunca terão regalias.

Só de 1947 para cá foram demitidos por delitos de opinião 17 professores universitários, 9 assistentes do ensino universitário, 18 professores do ensino secundário, dezenas de médicos municipais e numerosos advogados, médicos e professores de outras instituições oficiais e officinas. Escritores e artistas dos mais destacados das letras e artes portuguesas viram as suas criações mutiladas pela censura salazarista. Sábios e cientistas como Egas Moniz, Bento Caraca, Abel Salazar, Manuel Valadares, Rui Luis Gomes, Aniceto Monteiro, Fernando da Fonseca, Pereira Gomes, Zaluar Nunes e muitos outros, foram privados dos meios de investigação ou tiveram de os procurar em países estrangeiros.

Milhares e milhares de portugueses foram vítimas da repressão mais brutal, ou pagaram com a vida a sua oposição a regime de tais "excelências".

Poderíamos ainda falar do aumento escandaloso da dívida interna, ou dos "déficits" astronómicos da balança comercial e de tantos outros factos que demonstram que Portugal, sob a vigilante guarda de Salazar, está a saque. Porém, o que acima referimos basta à nossa pretensão — ilustrar a "excelência" do regime salazarista.

Nem país onde qualquer costureiro verifica que a capitação de tecidos não dá para uma camisa por cabeça e por ano, as fábricas de tecidos trabalham só três dias na semana por não terem a quem vender a produção.

## A FACHADA

Quanto a barragens e outras obras próprias para uma certa propagandazinha demagógica, o "surto da vida" nacional nos últimos trinta anos, lembramos a S. Exa. a pequenez do seu custo comparado com o montante extorquido em imposto durante todo esse tempo; mais, Exa., são afinal os seus amigos monopolistas, concessionários da exploração, os grande beneficiários das obras que custaram os olhos da cara ao Povo Português.

Nem venha S. Exa. dizer que Portugal é um país pobre: a atestar o



## O senador não lê os jornais

Não há muito, tendo em vista a estranha ignorância do Foreign Office acerca da situação em Cuba, dizia o famoso Graham Greene que antes o governo britânico tivesse procurado informar-se junto de qualquer pessoa da rua, em Havana, do que através do seu representante diplomático junto de Batista. E o fenómeno repete-se com impressionante frequência: os homens públicos são em geral os últimos a saber que a face do mundo mudou.

Recordo este caso recente ao ler, em "Última Hora" do dia 14 a reacção de alguns senadores perante o pedido de asilo do general Humberto Delgado à embaixada do Brasil em Lisboa. Fez-me sobretudo espéctico que um deles, ao que parece enfrontado em problemas de política exterior o Sr. Lourival Fontes não tenha "compreendido" a situação, ou dar-se-á o caso de o vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, e antigo Embaixador, entender que a proeminência das suas funções lhe impõe a solidariedade com o regime de Salazar?

Eis o que o Sr. Lourival Fontes declarou ao jornalista: "Não vejo nenhum direito nem nenhuma motivação para a concessão do direito de asilo no caso do General Delgado. O General Delgado sofreu apenas uma penalidade disciplinar, que é privativa da autoridade do Governo Português".

Quer dizer que o senador não leu os jornais, ou que, na impossibilidade em que estava de se informar junto de um homem da rua, em Lisboa, teria bastado para verificar, sem maior esforço de inteligência, que o general Delgado não sofreu uma penalidade disciplinar, pois não consta que o direito tenha passado a definir o fato de ser candidato à Presidência da República como ato de indisciplina. Esquece o senador que, para ser candidato, o general teve que obter autorização superior; que esta lhe foi dada; e que o seu crime foi, na realidade... ter mostrado ao mundo que em Portugal, o Estado Novo só ganha as eleições roubando.

## Uma obra de Antonio Sergio deturpada pela "Labor"

Em editorial publicado em 18 de Janeiro findo, "O Estado de S. Paulo" denunciou uma verdadeira agressão intelectual, praticada pela editora espanhola "Labor", em prejuízo de António Sérgio, sem dúvida um dos maiores valores da intelectualidade portuguesa contemporânea. Perfilhando inteiramente os conceitos emitidos pelo grande jornal brasileiro, "PORTUGAL DEMOCRATICO" protesta indignadamente contra a inqualificável atitude da "Labor", ao mesmo tempo que convida todos os portugueses livres a boicotarem, por todos os meios, as atividades da editorial fascista, divulgando o crime não só intelectual mas também material praticado por aquela casa editora espanhola.

Transcrevemos, em seguida, na íntegra, o editorial de "O Estado de S. Paulo":

"Com lamentável frequência, verifica-se a infração das normas pelas quais devem orientar-se as relações entre editores e autores, apesar de serem claros e expressivos os estatutos nacionais e internacionais que estipulam os direitos e os deveres de cada um.

"Ainda recentemente surgiu, entre nós, a questão das antologias que certos editores estão lançando,

contrário bastam os lucros fabulosos que as empresas monopolistas nacionais e estrangeiras arrecadam todos os anos e, se atentarmos no carácter semi-colonial da economia nacional, exportação de matéria prima a baixo preço e importação de manufacturas por altos preços, melhor podemos avaliar a riqueza desta tão tripudiada terra portuguesa.

Quando S. Exa. chama ao seu governo de "excelente" e é o que vemos, o que será a política a que ele chama de péssima? Mas deixemos isso de lado, só a "inteligência brilhante" de S. Exa. pode conceber separação tão radical entre política e governo. Aliás, S. Exa., no mesmo discurso, algumas linhas mais abaixo, concede, dum forma eufemística, que há "aspectos de injustiça, de desbanjamento desrazoáveis, ao lado da miséria imerecida".

### A CLASSIFICAÇÃO DA HISTÓRIA

Quase ao fim do seu laborioso discurso, Salazar afirma: "Colectivamente a Nação precisa de erer em alguma coisa e em alguém." Permite-me que discorde, Exa.: a Nação não precisa de erer em alguma coisa, a Nação eré nos destinos do Povo Português. A Nação eré que, por mais duradouros que possam ser os regimes ditatoriais e antinacionais como o de V. Exa., eles não representam, historicamente, senão meros episódios, escolhidos por entre os quais a força e a virtude dos povos forjarão o caminho para progresso moral e material. A Nação eré e o povo em seu adágio o diz, que não há mal que sempre dure... Quanto ao erer em alguém, Exa., a Nação acredita nos seus heróis e nos exemplos da virtude. V. Exa. não é nem uma coisa nem outra. Se a História o classificar, classifica-lo-á como traidor.

profusa e sucessivamente, no mercado, sem o respeito que lhes devia merecer a propriedade literária de qualquer escritor. Incluindo textos já publicados, as casas editoras não se dão, sequer, ao trabalho de consultar os autores respectivos, publicando-os como se lhes pertencessem. O assunto não pode permanecer no domínio dos protestos, mas acreditamos que a solução venha a ser encontrada de comum acordo entre os interessados.

"Julgamos, no entanto, que, até agora, não sei se foi além da apropriação dos direitos devidos aos autores, como acaba de acontecer a um dos maiores escritores portugueses contemporâneos, Antonio Sérgio, vítima de autentico abuso de confiança por parte da editorial espanhola "Labor". Em face das dificuldades que manietam o autor de "Ensaio", queremos manifestar-lhe não só a mais irrestrita solidariedade nos seus protestos, mas, também, chamar para o caso a atenção da opinião pública brasileira e, de modo relevante, a dos organismos especializados que sempre defenderam a liberdade de expressão de pensamento.

"Na verdade, o escândalo praticado pela "Labor" ultrapassa tudo o que se possa imaginar. Começou a "Labor" por preparar a 2.ª edição da "História de Portugal", de António Sérgio (ainda não publicada na sua versão integral no país de Camões, em virtude da interdição da censura salazarista), sem solicitar a prévia autorização do autor; em seguida, a editora franquista mandou "rever" o texto, sem consultar o escritor português; e, finalmente, acrescentou algumas páginas, atribuindo-as

(Continua na 7.ª pg.)

## E depois de Salazar?

Intelectuais, escritores, sociólogos, economistas portugueses

Enviai-nos a vossa opinião sobre as soluções do Portugal de amanhã.

É vosso dever contribuir para a construção do futuro.

Colaborai no debate aberto nas colunas de "Portugal Democrático".

# Henrique Galvão na resistencia

JOÃO ALVES NEVES

Ao anoitecer de certo dia já distante, surpreenderam-se os lisboetas ao verificarem a subita invasão da "baixa" pomalina por centenas de policiais, armados até os dentes. Os que se detinham nos passeios, conjecturando acerca da insolita parada de forças eram impiedosamente zurdidos pelos esbirros do regime e presos, se recalcitravam ás ordens de "circular". Como se em Portugal se pudesse "circular", desde há trinta anos.

A explicação veio nos jornais, mais tarde. Tramava-se uma revolta. Em fins de 1952, um "tribunal" julgava os conspiradores, á frente dos quais se encontrava o capitão Henrique Galvão. Três anos de prisão, aos quais se juntaram outros, por diversas circunstâncias agravantes... "legais", depois de 37 anos de serviço prestado á nação — e ao regime, boa parte. Foi, de resto, contra o vigoroso ex-official do Exército, o competentíssimo e insubordinável ex-inspector superior das Colónias, o ex-diretor da Emissora Nacional, o ex-deputado da "U.N." e antigo titular de outros destacados postos administrativos que os juizes mais claramente se encarnicaram. Salazar conhece bem a tempera de certos que o combatem... Um desses "juizes" roubara escandalosamente o réu, tempos antes, quando ambos dirigiam uma sociedade comercial: Henrique Galvão apresentou ao "tribunal" os documentos da extorsão de que fôra vítima, por parte do "juiz" Antonio Julio Crispiniano de Lacerda (a queixa-crime corria ainda os seus tramites judiciais) mas os conspícuos colegas do dr. Lacerda, entre os quais diversos oficiais superiores do Exército, não entenderam razoáveis os protestos do homem que estavam "julgando".

Talvez não seja inoportuno recordar que Henrique Galvão foi um dos cadetes que fizeram a chamada revolução de Sidónio Pais e um dos oficiais que, decorridos poucos anos, em 1926, aderiu, desde o início, ao movimento do 28 de maio, cujas finalidades vieram a ser claramente atropeladas pelo ditador luso, hoje envergado pela imprensa censuradora como "o Chefe da Revolução Nacional". Esta evocação explica o porque dos altos postos sucessivamente ocupados pelo ex-deputado, até ao dia em que, no decorrer de inquérito efetuado, na qualidade de inspector superior colonial, descobriu gravíssimo escândalo em que se encontravam envolvidas altas personalidades do regime. Galvão apresentou o relatório ao governo, que não lhe deu andamento e, depois, comentou-o desenvolvidamente na "Câmara de Deputados" de que fazia parte. E logo passou a combater a "situação", apoiando calorosamente a campanha do candidato democratico á presidência da República, almirante Quintão Meireles, em 1951. seguir, quando pretendia fundar, legalizar a "Organização Cívica Portuguesa", veio a notícia da "conspiração" e a condenação.

Porém, Henrique Galvão não desistiu. Na cadeia, continuou protestando, por todos os meios e, da Penitenciária de Lisboa onde se achava encarcerado, conseguiu mandar imprimir apelos diversos á revolta contra a ditadura, ao mesmo tempo que dizia a Salazar e a Craveiro o que pensava deles. O que lhe valeu, com outras penas com que agravara já a sua condenação, mais 16 anos de cadeia, a seguir a novo "juizamento" — ao qual se recusou a comparecer, declarando-o uma farsa — em 1958; no total, as penas acumuladas significavam 39 anos de carcere! Mas o indomito condenado nunca se deu por vencido, e prosseguiu, a todo o instante, a sua batalha, não hesitando declarar (1), em carta de dezembro de 1952, a um dos seus "juizes", o general Leonel Vieira: "Se tivesse sido um dos gatunos de Angola, se me tivesse alistado no bando de Francisco Vieira Machado (2) (também acusado por mim na Assembléa Nacional) — estaria ainda em liberdade. E se como gatuno viesse a ser condenado (nem um deles ainda o foi nem será), a minha família não conheceria pelo menos as dificuldades que virá a conhecer pelo fato da consciência de v. exa. se ter submetido docilmente aos odios totalitários do seu Governo".

Na cadeia, Henrique Galvão prosseguiu escrevendo e conspirando, usando de todos os subterfugios. A revista "Anhembi" publicou alguns dos seus trabalhos e, nomeadamente em "Subsídios para o estudo de problema político português" (3), faz o processo do fas-

cismo salazarista. Foi ainda em "Anhembi" que o romancista de "Fete", numa das suas "Cartas de um Condenado" (4) escreveu: "Ao cabo de vinte cinco anos, as mistificações do regime tornaram-se tão transparentes que não iludem nenhum português. Demais, assegurada por uma castração geral e metódicamente consumada, a incapacidade de reacção dos mistificados — Salazar já não exige dos seus ovinos senão que o mistifiquem também, isto é, que pareçam ainda iludidos todos aqueles que já não se iludem, porque — éle o disse preceitadamente: em política o que parece é. As mistificações apenas prosseguem e se repetem... para uso externo. Não é pois difícil áqueles que se encontram dentro do redil lusitano conhecerem e compreenderem como estas coisas se maquinam, se montam e se conduzem".

O homem que tão sensacionalmente acaba de evadir-se e recuperar a liberdade, apesar de guardado, dia e noite, pelos torsionários da "gestapo" de Salazar é justamente considerado pelo governo fantoche de Lisboa um dos seus mais perigosos inimigos. É que Henrique Galvão não é um simples aventureiro que odeia mortalmente o regime do serrafrico ditador de Santa Comba. Não é também o impetuoso militar em revolta contra os crimes do ex-seminarista de Viseu. Henrique Galvão é um intelectual de primeiro plano. As suas obras — mais de meia centena — definem a sua envergadura de intelectual, quer se debruce sobre os problemas da política e da administração, quer prescrite os meandros da alma humana, através do romance, do conto ou do teatro. E na prisão, conforme documentam os seus últimos escritos, voltou-se para o estudo da sociologia. O autor de "Portugal Colonial" é sem dúvida um dos

homens que poderá, com conhecimento de causa, contribuir para o equacionamento dos graves problemas em que se debaterá o seu país, a seguir á queda muito próxima do ditador Salazar e do seu inominável regime.

Aponia ainda uma fração mínima dos opositores da ditadura lusa o passado de Henrique Galvão como mancha indelevel. Como se fosse possível condenar um Cunha Leal e tantos outros que chegaram a acreditar nas "boas intenções" de Salazar, ou absolver áqueles que o combateram e hoje o servem!

Fora das masmoras salazaristas, Henrique Galvão dá a todos os portugueses livres a certeza e a garantia de que a batalha final vai ser travada ainda com maior vibração. E, com éle, junto de Humberto Delgado, Cortesão, Sergio e de todos os outros líderes da esquerda ou da direita, monarquistas, católicos, estarão os intelectuais, os operários, os camponeses, os soldados e todos os jovens de Portugal. É a Resistência ativa que se pode anunciar. "Henrique Galvão — escrevemos há poucas semanas nestas colunas — é um dos exemplos mais vivos dessa luta subterrânea. A dor, a prisão, a promessa de que o Sol para éle se extinguiu de todo, não conseguiram diminuir a sua vitalidade. Nem a sua esperança. É que, um dia, mesmo que Salazar não queira, o Sol de novo iluminará Portugal" (5). Esse dia virá mais depressa com Henrique Galvão no combate de morte que vai travar com Salazar.

(1) Reproduzida por "Anhembi", março de 1953.

(2) Ex-ministro das Colónias e atual administrador do Banco Nacional Ultramarino (com filiais no Brasil) e de inúmeras empresas monopolistas que exercem a sua acção em Portugal e Ultramar.

(3) "Anhembi", dezembro de 1953, janeiro e fevereiro de 1954.

(4) "Anhembi", junho de 1954.

(5) "O Estado de S. Paulo", 9 de novembro de 1958.

(De "O Estado de S. Paulo", de 18-1-59).

### "PORTUGAL DEMOCRATICO"

— um jornal português que não é submetido á censura do sr. Salazar.

### Estudantes brasileiros falam de Portugal

## "Caftens da ditadura"

por Waldo Domingos Claro

E com satisfação que "Portugal Democrático" inaugura neste número uma nova secção, que desde já fica inteiramente ao dispor de todos os estudantes do Brasil. O artigo que hoje publicamos é da autoria do jovem Waldo Domingos Claro, membro da diretoria da "União dos Estudantes Secundários Paulistanos", que já noutra oportunidade colaborara aliás, neste jornal.

Waldo Domingos Claro deu á cronica o título de "Caftens da Ditadura". Ao iniciarmos os depoimentos dos estudantes do Brasil sobre a ditadura fascista lusa, queremos aproveitar a oportunidade para agradecermos a todos, em nome dos Portugueses Livres, o firme e continuo apoio que sempre nos proporcionaram, na luta de morte que travamos contra ditadura obscurantista de Salazar.

"Portugal Democrático" cumpriu entre nós papel de transcendental importância, qual seja o de trazer ao domínio público a farsa política em que vive Portugal, sob a chibata opressora do tiranete Salazar. É jornal de coragem. É idealismo construtor. Justamente por isso, seu repentino e felizmente curto desaparecimento só nos legou tristeza e saudade. Mas aí está éle novamente circulando, e por certo causando mal-estar á chusma de vendilhões que emperram o progresso e prostítuem a liberdade da brava nação europeia.

Raros são os jornais que, num regime absolutista, possuem a soma necessária de brio e de coragem para permanecerem nas hostes da oposição. Mais fácil e lucrativo, nestes casos, é seguir a escola da imprensa bismarckiana, isto é, castigar a honra e denegrir o ideal em holocausto á fábrica de opinião pública, e louvar, rastejando, os donos absolutos do poder. Del-

xemos isso para os pasquins que por aí circulam, cumprindo seu maldadado destino. "Portugal Democrático" é de outra tempera. Nossa luta não tem por meta o ouro que sacia a volúpia dos desgraçados que perderam o amor á Terra. Não nos queremos unir aos girigotes que mamam nas tetas do Tesouro Público, em troca de vassalagem ao regime. Não, absolutamente não! Bem mais longe nosso ideal alcança. Somos soldados de um antevero profundamente belo. Nossa missão é lutar até á concretização dos nossos sonhos, custe o que custar. E nessa luta, ao invés de silenciarmos gritamos; acusamos quando muitos compactuam; espousamos a verdade, quando inúmeros se amasiam com a mentira; transformamo-nos em missionários da pátria, quando outros preferem ser caftens da ditadura; somos movimento, contrastando com a inércia; fé, batendo-se com a descrença; amor, aplacando o ódio.

Creemos na Justiça implacável que um dia libertará Portugal do jugo canceroso que hoje o aniquilla. Outros homens da Lei, que não esses em cujas togas se ouve o tinir das moedas, fruto do concubinato do subórno com a justiça, habitarão os tribunais e devolverão ao povo a liberdade sequestrada. Batinas e togas degradadas receberão, então, o castigo merecido. A PIDE figurará tão somente como lembrança da barbárie. Portugal será livre. Livre será seu povo para escolher seus governantes. Livres seus intelectuais para produzirem sem censura. Livre a imprensa. Livre a critica. Tudo livre. Liberdade em todos os setores, nas artes, nas ciências, nas filosofias. Nova bandeira, então, sinhrará os mares: a de uma Nação adulta e livre, grande e generosa, trabalhadora e feliz!

### LEITORES DE LISBOA, DO PORTO, DAS CIDADES E ALDEIAS DE PORTUGAL

Este jornal é feito para vós; quanto maior fôr o número dos que o lerem maior será a nossa satisfação e maior o serviço prestado ao País.



# Salazaristas teleguiados

Por Adolfo Casais Monteiro

Muitas vezes, os melhores sentimentos encontram pela frente o obstáculo das convenções; e, quase sempre, é a convenção que leva a melhor! É notório, podemos até dizer, indiscutível, que na sua quase totalidade a opinião pública brasileira torce pela queda do sr. Oliveira Salazar e seus sequazes, e pela instauração em Portugal dum regime livre.

Sucedem porém que certas consciências não sabem como aliar a sua vontade de se manifestar solidários com a oposição portuguesa e o respeito que, em seu entender lhes deve merecer o governo que representa o país. Por outro lado, vêm tanto português adepto do Sr. Salazar, no Rio de Janeiro, que lhes será difícil admitir que a proporção não seja a mesma, em Portugal... Não me sinto no direito de condenar essas consciências escrupulosas, pretendo apenas sugerir-lhes alguns pontos de vista capazes de lhe facilitar a compreensão do problema. Em primeiro lugar, e fundamentalmente, será necessário dar o máximo destaque a este facto básico: não há em Portugal um governo escolhido por uma parte da opinião pública portuguesa, mesmo minoritária; essa suposição, a que podem justificadamente ser conduzidos os brasileiros que baseiem os seus juízos pelo elevado número de salazaristas da colónia lusa, é inteiramente errônea: em Portugal não há opinião pública salazarista; houve, enquanto os ceguinhos não abriram os olhos; mas ceguinhos, hoje, so na colónia dos inocentes portugueses que, ganhando livremente o seu pão, e mesmo a manteiga, graças à liberdade que lhes permite a democracia brasileira, admiram de longe um homem de estado que já não lhes pode tirar da boca a referida manteiga, e até o pão; e depois, só lêem, nos jornais pagos para isso, que o Portugal de Salazar é um paraíso; ora, se eles aqui vivem bem, como haviam de supor que lá se viva mal, pois é um paraíso?

Podem dizer-se que esta lógica do salazarista de exportação é um tanto débil. No dia em que já não lerem nas manchetes do seu vespertino de estimação (refiro-me ao Rio de Janeiro) que "O general estaria procurando fazer-se vítima", mas sim que "O General Delgado foi recebido em triunfo pela população, ao regressar do exílio", eles passarão a sentir-se triunfantes com o homem que, nessa altura, será o seu símbolo. Porque essa boa gente quer precisamente isso: um símbolo. Não incluo neste sector de inocentes certos comendadores, é claro.

Eu falo no povo inocente. Os comendadores ficam para outro artigo. Eu falo de homens como aquele modesto trabalhador que, depois de ter discutido acesamente com outras pessoas do grupo em que eu estava, usando para defender o Estado Novo os argumentos do costume, me respondeu com toda a inocência, quando por fim lhe falei, só para lhe perguntar porque saíra de Portugal: "Porque não ganhava o suficiente para viver". Eu não disse mais nada: acho que não era preciso; um dia ele ligará os dois factos, e compreenderá que era salazarista por... estar longe da pátria.

É este o problema: um emigrante não pode ser considerado da mesma maneira que o cidadão em contacto com as condições efectivas da tirania; queixar-se-á do Brasil, por causa do câmbio, mas não se perguntará qual o motivo porque é necessário ele mandar dinheiro para a família que lá deixou. O emigrante não é já cidadão do seu país de origem, e ainda não o é daquele em que veio ganhar a vida. Isto pode durar anos e anos, uma vida inteira; o emigrante que permanece apegado à pátria esquece as condições que o fizeram tal, e transforma a sua saudade em exaltação da "grande nação". Mas não volta...

Quer isto dizer que é difícil pensar politicamente? Sem dúvida, para um povo que não foi educado para isso. Com 30 anos de ditadura, o sr. Oliveira Salazar conseguiu politizar os portugueses de lá, que aprenderam à custa da fome, da violência, da injustiça, à força de viver debaixo da pata policial, que um povo não vive de supostos superávits, de estradas asfaltadas, de "ordem nas ruas", de aviões, artilharia, munições (para combater quem?), nem de barcos bonitos para levar os ricos ao Brasil (mas na terceira o pobre emigrante...); que aprenderam, sobretudo, que era mentira tudo quanto durante anos lhe disseram sobre o "inferno" anterior à ditadura, quando, por exemplo, souberam que tinha sido o rombo dado por essa mesma ditadura nas finanças que levava o seu primeiro governo a ir a Coimbra buscar um salvador, e não qualquer catastrófica situação que teria existido antes do 28 de Maio de 1926. E para isso bastou que esse povo sofresse, independentemente de ter estas ou aquelas idéias quanto às soluções políticas. E agora está preparado para acreditar naqueles que, não desarmando ante as piores perseguições, impenitentes na oposição à ditadura, lhes dão garantias de que não deixarão, caído o Estado Novo, que outra tirania se implante em sua substituição.

Mas o português do Brasil? Esse sofreu (falo do salazarista, é claro) apenas aquilo que, segundo julga, não tem nada a ver com a política; aquilo que, na sua inocência, ele supõe uma espécie de fatalidade incurável: é a história de "o país é pobre", de que abundantemente usa o sr. Salazar, nos discursos, para justificar os salários baixos, enquanto a renda do capital vai subindo até ser maior a desproporção a favor desta que em qualquer grande país capitalista. O emigrante não sabe destas coisas. Sabe que certos jornais contam muitas grandezas de lá, precisamente os jornais onde não terá a menor probabilidade de ler que o general Delgado foi perseguido por... ter tido o país inteiro a seu favor. Que dirão precisamente, como o vespertino ao qual já aludi, que o general "estaria procurando fazer-se vítima". Eles acreditam nestas coisas, porque é muito cómodo ser salazarista... de graça.

## Nós, "O Tempo" e os comendadores

Nas colunas do jornal "O Tempo" mantem-se uma secção diária intitulada "Portugal em o Tempo". Na realidade trata-se apenas de uma secção de publicidade, paga à linha por alguns comendadores que envergonham a nacionalidade. Supomos que a directoria do jornal não nutre sentimentos inamistosos em relação à colónia lusa. Acontece, porém, que o encarregado da coluna em questão, desejo de agradar àqueles que lhe pagam, principiou a misturar o comércio com a política. Enquanto se limitava à descrição das festas, piqueniques e aniversários dos comendadores, o Sr. Fernando Ribeiro de Mello tornava-se apenas responsável por dar aos leitores habituais do "Tempo" uma idéia confrangedora — mas felizmente falsa — acerca da comunidade portuguesa. Ao querer transformar a secção em tribuna da propaganda salazarista, tornou-se credor do desprezo de brasileiros e portugueses. Dias antes do general Delgado solicitar asilo ao embaixador Alvaro Lins, o Sr. Mello não achou, por exemplo, tema mais interessante para os seus leitores do que a transcrição comentada das sanções aplicadas pelo governo do Sr. D. Salazar ao ilustre oficial. Tinha um pouco mais de vergonha Sr. Mello! O Sr. O. Salazar não é eterno e após a libertação, os comendadores, que hoje o exaltam, serão os primeiros a voltar-lhe as costas e a soltar vivas à república. Volte aos piqueniques, às festas e aos aniversários dos seus protestos. Não misture o seu grotesco "hom dia patriótico" com comentários de regozijo pelas infâmias cometidas por um governo que envergonha o nome português no mundo. Ganhe a vida, mas com um pouco mais de decência!

O apêgo sentimental à "terrível" é a única maneira que essa gente ingenua tem de não se sentir perdida neste Brasil imenso, que a amedronta um pouco, com o seu crescimento desordenado, do qual sabe contudo tirar proveito, sem compreender que, embora em proporções evidentemente menores, também um crescimento seria possível na pátria distante, se ela não estivesse inteiramente dominada pela mais tenebrosa plutocracia da Europa, com perdão da Espanha. Nunca lhe poderia passar pela cabeça que a prosperidade e, ou sequer a mediania que conseguiu alcançar no Brasil, só é possível porque o sr. Oliveira Salazar não está cá, para "salvar"...

Esses pobres de espírito ignoram que, embora houvesse miséria em Portugal, há hoje muito mais do que há trinta anos, tudo porque o sr. Salazar, que tanto sabe de finanças, não sabe nada de economia. E porque, se soubesse economia, nem porisso o país teria alcançado um desenvolvimento normal, porque é próprio dos regimes discricionários, não só deixar pior do que estavam aos países pobres, mas até levar à ruína os países ricos. Ainda está para se ver ditadura que não acaba por entregar o país nas mãos do grande capital, e só os inocentes supõem que elas são instituídas por amor do povo e em seu benefício.

Só falei em sentimento e em benefício porque outros problemas não se põem aos salazaristas daqui. Os problemas da liberdade de associação, de opinião, de expressão, etc., são letra morta para os nossos inocentes. Porque é fundamentalmente necessário ter em conta que o português do Brasil que é salazarista, deixaria de o ser caso pudesse alcançar a compreensão de que tais liberdades estão indissolúvelmente ligadas àquelas que lhes permitiram obter, aqui, o desafogo económico que em Portugal nunca teriam alcançado. No dia em que começar a refletir, ele deixará, fatalmente, de ser cego.

## A VOZ DO DONO

Os ratos estão cada vez mais aflitos. É que não sabem nadar! Se ficam no navio, morrem afogados, se se deitam ao mar, afogados morrem. Que vai ser dos ratos? Por isso a "Voz de Portugal", no pânico de se acabarem as migalhas da mesa do ditador, vem, aflita, fazer eco a "O Globo", o único jornal brasileiro — que sabemos — no qual se tenha manifestado má vontade contra a vinda do General Delgado.

É muito curioso, o artigo da Voz do Dono. A aflição não ajudou nada a iluminar aqueles cérebros. Imaginem qual é o seu principal argumento, ante o medo de que venha por aí o general: "As lutas políticas de natureza partidária só se justificam dentro das fronteiras da pátria". Vai leitor, procure "O Globo" de 21 de Janeiro, pois o vespertino transcreveu pressurosamente, na imprensa brasileira, o órgão oficial da tirania. (Agora compreendemos porque o homem da ANI, a célebre agência "independente", foi correndo fazer-se entrevistar por "O Globo"... Afinidade).

Assim mesmo, leitor: os homens querem a luta política, a luta dos partidos, dentro das fronteiras de Portugal! Mas, ó voz de além-túmulo, tu não sabes que é isso mesmo que nós queremos? que a nossa única, fundamental aspiração, é que os partidos políticos possam lutar dentro das nossas fronteiras, para o que, não é verdade, ó vizinha? é indispensável que os partidos possam existir! Mas então, que temos nós com isso? porque não escrevem ao Sr. Salazar?! Querem ver que fomos nós, mísera oposição, quem proibiu a existên-

cia de partidos em Portugal...

Sr. Salazar: como vê, o seu dinheirinho (seu...?) está a ser muito mal empregado! Aquela gente da "Voz de Portugal" só arranja maneira de o colocar em situação pior do que já estava (se tal é possível)! Guarde o dinheiro vá pondo de lado para a passagem, que o avião agora está caro, quando de acordo com o que implora ainda o dito papel, o General Delgado "for lutar contra a política de Salazar" em Portugal, "que é o terreno próprio para a empresa". Pois é mesmo, ó vizinha! mas o homem é que não vai querer. Vê o Sr. Salazar para que serve gastar dinheiro mal gasto? os infelizes a querer que o sr. aceite a luta com o general! Pois claro que o "general quer lutar", ele não quer mesmo outra coisa, voz duma figa!

Diz a "Voz" fúnebre que vir fazer isso para o Brasil "é, positivamente, uma encenação e um contra-senso". Pois claro, pois evidentemente, pois positivamente! Mas, voz desgraçada, uma encenação e um contra-senso do Sr. Salazar, que tem medo ao general Delgado, e que não quer lutar! Encenação e contra-senso que vêm de longe, que vêm desde o princípio da ditadura, sem a qual ninguém se teria jamais visto na necessidade de pedir a proteção da bandeira brasileira, pelo crime de reclamar o direito "luta política". Pois mandem dizer ao Sr. Salazar que se deixe de teatro.

Comove-nos positivamente o voto democrático da "Voz de Portugal", para irmos lutar dentro das fronteiras. Sim, mas... ó da voz, quem nos dá salvo-conduto?!

### LEITOR DE PORTUGAL

Cópia à máquina o artigo de que mais gostares e envia-o aos teus amigos.

### DOS LEITORES

## Portugal Democrático na Amareleja

"Exmo. Snr. Director:

De acordo com os objetivos da campanha de expansão lançada nas colunas de "Portugal Democrático", enviei, há dois meses, por intermédio de pessoa amiga, alguns exemplares desse prestigioso órgão da Resistência contra a ditadura para a minha aldeia natal, a Amareleja. Desde então, tenho recebido dezenas de cartas — algumas de pessoas que nem conheço — solicitando o envio de novos números. O entusiasmo que "Portugal Democrático" suscitou foi tal que os exemplares em questão passaram de mão em mão, chegando até Moura, sede do conselho.

Creio que não se trata de um caso excepcional. O que se passou com a Amareleja ocorrerá, certamente, com outras terras do nosso Portugal. Estou certa de que a chegada de "Portugal Democrático" a qualquer aldeia ou vila portuguesa constitui sempre um acontecimento. A razão está, sem dúvida, com V. Exas. quando afirmam que a expansão de "Portugal Democrático" no Continente e nas Províncias Ultramarinas depende, em grande parte, dos portugueses do Brasil. De Vexa, etc.

Agostinha Dimas Vitoriano

**PORTUGAL** EDIÇÃO EXTRA

*democrático*

Entre a Prisão e o Exílio



**A Grande Surpresa**

Aviso aos Navegantes

Logo que foram conhecidas em São Paulo as notícias relativas ao pedido de asilo apresentado pelo general Humberto Delgado ao embaixador Alvaro Lins, a comissão de redação de "Portugal Democrático", reuniu-se e atendendo à importância do acontecimento e na certeza de que o governo do Sr. O. Salazar tentaria apresentar uma versão totalmente falsa, deliberou lançar uma edição especial exclusivamente destinada aos leitores de Portugal e do Ultramar. Pelas notícias que nos chegam de toda a parte, verificamos que o nosso esforço — o número foi redigido e composto nas vinte e quatro horas que se seguiram à divulgação da notícia — foi coroado de um êxito que excede toda a expectativa. Os mil e seiscentos exemplares enviados para Portugal — a maior parte através de um portador providencial — foram lidos por dezenas de milhares de pessoas. "Portugal Democrático", órgão da Resistência Portuguesa contra a ditadura, regozija-se pelo fato e agradece aos seus leitores da Europa e da África as palavras de encorajamento que se apressaram a enviar-lhe.

## Portugal Democrático

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191  
Sala 2 — Caixa Postal 5204  
São Paulo

Director-Responsável:  
OTAVIO MARTINS DE MOURA

### EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábado: das 15 às 18 horas  
Assin. anual ..... 30,00  
Assin. especial ... 100,00  
Número avulso ... 3,00



## Gustavo Corção sugere o encerramento da embaixada do Brasil em Lisboa

Em artigo publicado no "Diário de Notícias", do Rio de Janeiro, em 24 de Janeiro findo, o ilustre escritor Gustavo Corção, que tão brilhante e entusiasticamente tem defendido, desde sempre, a causa dos democratas portugueses, depois de apreciar alguns aspectos da política brasileira, comenta o caso do asilo político solicitado pelo Sr. General Humberto Delgado nos seguintes termos:

(...) "Análoga cretinice, meus amigos, se encontra na problemática jurídica ou diplomática levantada em torno do asilo dado ao general Delgado pela embaixada brasileira em Lisboa. Terá o sr. embaixador o direito de fazer isto? Terá feito bem? Poderá o sr. general Delgado vir para o Brasil? E outras tantas. Ora, a meu ver, e à luz da concepção democrática que tem o aval dos trinta ou quarenta milhões de moços assassinados na última aventura totalitária, o que se deve perguntar é se o Brasil devia ter uma embaixada num país que trai, com seu regime de rólha, a irreversível experiência histórica. Na minha opinião, e digam de minha mãe o que quiserem os senhores da Voz de Portugal, não devia existir uma embaixada brasileira em Lisboa, apesar de todas as razões sentimentais, enquanto Lisboa mantiver o regime que é uma ofensa à memória de todas as vítimas da guerra. Tenho a convicção de que os brasileiros tinham o dever de dar esse apoio às vozes estranguladas pelo Sr. Salazar, e a mim me parece que essa embaixada, e mais a festa que fizeram ao tal Sr. Craveiro, satélite lançado pelo Sr. Salazar para percorrer uma órbita de agrados, presentes e comilanças, têm um gosto amargo de capitulação, ou de traição aos mais altos ideais do homem livre.

"Em política, totalitarismo é o grande mal, é o mal na sua mais perfeita condensação. Em política, privar um povo do livre exercício da opinião e do livre jôgo partidário, é mais grave hoje, depois das vítimas de Hitler e Mussolini, e depois da revolução húngara do que privar um povo da electricidade, ou de algum outro benefício conquistado pelo homem. Esse é o meu credo político, e com ele na mão, posso dizer que o asilo dado ao general oposicionista foi a única coisa aproveitável e razoável que a Embaixada Brasileira em Lisboa fez até hoje".

# O DITADOR FELIZ

por Victor da Cunha Rêgo

Lentamente, depois de um período de aparente instabilidade interna cuja cúpula foi atingida com a remodelação ministerial de Agosto, o regime português cria coragem para novas provas de força. O tom frio, impessoal, da sentença proferida contra o general Delgado é uma prova disso.

Articulada com precisão, esboçava-se de há muito a manobra de cercarem as prerrogativas de militar ao general de forma a deixá-lo à mercê de uma "prisão legalizada", cuja consecução viria no momento oportuno, ou seja, num período de calma. E, pelos vistos, esse período chegou agora, com maior brevidade do que seria de esperar talvez graças ao "trabalho" e à "moralização" que o novo ministro do Interior trouxe ao governo exatamente na altura própria. Por isso mesmo Salazar atreveu-se a acusar o general neste mês de Janeiro de 1959 quando em dezembro de 1958 não onusava fazê-lo investindo apenas contra homens de idade mais avançada, intelectuais sem ligações nas Forças Armadas. Só por causa de sentir esse prazer de difamar, espezinhar e preparar a prisão deste homem popular, o ditador deve ter benedito a hora em que colocou à frente das polícias portuguesas um homem que fuzilava "sur place" os seus compatriotas anti-franquistas em 1936 e 37.

Que extraordinária volúpia não deve ter sentido o professor de Santa Comba Dão, introvertido, complexo sexual, impopular, ao tramar em linhagem académica, sem erros de sintaxe, friamente, a condenação de um homem oposto, de um antípoda de gostos e costumes, franco, ousado, sincero? Dissemos, ou melhor escrevemos, uma vez, que "estávamos a ver Salazar". Esse mesmo sentimento se passa conosco, agora.

É fácil ver Salazar. Basta termos sido obrigados a reparar no retrato pendurado nas paredes brancas da escola primária, no gabinete do medico do sindicato, na sala de reitoria do liceu, na repartição onde nos vamos casar, junto ao "guichet" onde pedimos o certificado de vacina. É fácil conhecermos Salazar quando lemos obras sobre a Inquisição, o atrofiamto municipal, o ensino de alguns mestres jesuítas. Torna-se ainda mais fácil, então, quando vemos passar na rua o funcionario publico de cinquenta e cinco ou sessenta anos, manga de alpaca desde a juventude, humilde, mal alimentado, de cuecas de mastro, colarinho postico, solteiro, vivendo em pensão e, depois de o termos visto passar, calculamos o que seria ele no poder. É fácil conhecermos Salazar ao escutarmos a sua voz monocórdica aos microfones da Emissora Nacional proferindo um dos discursos que depois serão citados como monumentos da lingua, certificados de lógica, modelos de moderação verbal ou tratados de politica, nas escolas, nos institutos, nos jornais, na radio, no cinema.

É fácil estarmos vendo Salazar agora, neste instante, neste segundo

singular, telefonando a um amigo, arquiteto, ministro, banqueiro ou simplesmente ao "chauffeur" pedindo para que vá "lá a casa".

E quem saber porque Salazar formula esse desejo? Porque não pode passar sem sentir o prazer, o inefável prazer de ouvir da boca de outrem aquilo mesmo que ele próprio sente mas não tem coragem de exprimir: a volúpia de ter, pelo menos no momento, forçado o "homem popular" ao exílio.

Os outros, passeando excitados nas largas salas do palacio de São Bento, contar-lhe-ão em voz sincopada o desanimo que se apoderou de metade das hostes adversas, o número de recentes prisões aquelas que se preparam, o que aconteceu a Fulano, a Beltrano, a Sierano.

Esmagar, aniquilar, massacrar serão as palavras mais comuns. Não seremos nós que nos chocaremos com elas. Será Salazar que as pronunciará. E é por isso que a sua suja personagem ainda nos inspira mais nojo.

## A "ANI" manobra a "UPI"

Já não é a primeira vez que nestas colunas se denunciavam à opinião pública de Portugal e do Mundo, as manobras da agência fascista "ANI", cujas despesas faustosas são suportadas pelos contribuintes de Portugal para que o endeusamento de Salazar continue, dentro e fora das fronteiras.

A tais manobras se tem prestado, nos últimos anos, a agência americana "UPI", que distribui o seu noticiário em Portugal através da desclassificada agência do Sr. Dutra Faria. E nas informações que propala no estrangeiro, a "UPI", que consente na deturpação dos seus telegramas entregues aos jornais portugueses, aceita com a mesma displicente indiferença as versões que lhe oferece a associada fascista de Lisboa.

O noticiário que chegou ao Brasil, por exemplo, firmado pela agência americana, relativamente ao pedido de asilo político feito ao Brasil pelo Sr. Humberto Delgado, uma vez mais provou que a "UPI" está, pura e simplesmente, graças às suas ligações com a "ANI", ao serviço da ditadura fascista. Tudo fizeram os serviços da "UPI" na Capital Portuguesa para ocultar o que realmente se passou — como se a verdade fosse apanágio de Salazar, ele que nunca a quis auscultar no mais íntimo e no mais puro

Os artigos assinados que publicamos em nossas colunas refletem apenas a opinião pessoal dos seus autores. Apenas os comentários e notas não assinadas traduzem a opinião da "Comissão de Redacção" de "PORTUGAL DEMOCRÁTICO".

# Opiniões insuspeitas

Por João Sarmento Pimentel

A opposição dos monárquicos ao "Estado Novo" é mais antiga do que se pensa. Há quase dois anos (16-2-57), "O Debate", órgão das realezas, testilhando com o "Diário da Manhã", folha salazarista, falava assim:

"A unidade nacional não é o que quer este ou aquele partido, mas sim um estado de espirito de um povo, é um sentimento de compreensão de que somos todos filhos de uma mesma Pátria, é uma tradição de êxitos e reveses, alegrias e tristezas, é uma tradição de honras e liberdades.

Uma tradição de liberdades! Foi isto que a Revolução esqueceu ao fazer tábua razeira do génio e cultura de um povo, das suas liberdades institucionais, das liberdades naturais da pessoa humana, para sistematizar abstractamente direitos teóricos e racionais. A tragédia de um dilema entre a Vida e a Razão quando esta se esquece de que os homens não são cobaias, macacos ou papagaios."

Isso de cobaias, macacos ou papagaios é evidente alusão ao regime totalitário de Hitler e Mussolini, que Salazar tem imitado servilmente. Macacos, por certo, os legionários, que copiaram a indumentária e os gestos daquela mocidade italiana que

o Duce arregimentou e metia em parada para suas ridiculas exhibições de Imperador romano, Papagaios são os jornais governistas e, por imposição da censura, a maioria da imprensa portuguesa, que tem de repetir "ipsis verbis", e sem comentários, as aldrabices do Secretariado Nacional de Informação.

Para mostrar as "excelências" da ditadura e os benefícios que ao espoliado português trouxeram os primeiros trinta anos da governação corporativa, "O Debate" de 10-11-56, dizia: "Analisemos agora o nível alimentar do povo português, tanto quantitativa como qualitativamente.

Começemos pela quantidade de calorías obtidas diariamente da alimentação.

Basta-nos encetar a nossa posição em relação com os países mais pobres da Europa, no ano de 1953-54. A Irlanda tem uma capitação diária/habitante de 3.550 calorías, a Turquia de 2.670 calorías, a Grécia de 2.520, a Itália de 2.560 e Portugal de 2.360 calorías.

Ultimo lugar em quantidade de calorías.

Consideraremos agora a quantidade/peso diário de proteínas, o alimento rico por excelência, a pedra de toque da alimentação de elevado teor energético.

Para o mesmo período anual, a Irlanda situa-se com 97 grammas diárias/habitante, a Turquia com 86, a Grécia com 79, a Itália com 74 e Portugal com 65.

De novo último lugar quanto a quantidade.

São tudo numeros que se podem ver nas General Statistics O. E. C. E., Julho/1956, pág. 50.

Note-se que, no tocante a proteínas, tudo quanto seja menos de 80 grs. diárias é pouco, muito pouco mesmo.

É claro que áqueles dos nossos patricios apatacados, idos de passeio à terra, e que só reparam nas pouxadas luxuosas, nos monumentos restaurados, nas estradas de asfalto, não sobra tempo para atentarem na miséria do povo faminto, roto e descalço, e por isso mesmo é que regressam ao Brasil encantados com o Salazar e... com a paisagem, onde o seu semelhante não figura nem tem a mínima importância para se avaliar a obra do "grande estadista". Dois anos depois, o deputado dr. Urgel Horta, na Assembléa Nacional, confirmava (22-X-58) a situação de miséria a que alude "O Debate", referindo-se ao Nordeste transmontano, "onde as necessidades do povo se fazer sentir, duramente, numa carência de recursos, que mantém um nível de vida a que podemos chamar constrangedor. É necessário olhar pela vida dessa gente, que só da cultura da terra e através de salários que oscilam entre catorze e desesete escudos, em noventa dias de trabalho anual ativo, ou pouco mais, tiram a reduzida ração que os alimenta. É urgente dar-lhe possibilidades para poder adquirir o suficiente, para que lhe não falte o pão, na mesa, e o calor na lareira das suas tão humildes habitações. Não esqueça o Governo este meu apelo a favor dessa gente, dotada dum notável espirito de resignação, que sabe cumprir os seus deveres para com Deus e para com a Pátria".

Também é do mesmo deputado e da sua arenga daquele dia aos colegas da chamada Assembléa Nacional: "Ninguém ignora que existe uma separação completa e absoluta entre o nível alto da administração e o povo português que se manifesta insatisfeito, ansioso e desconfiado, hesitante nas suas atitudes aparentemente indiferente nos seus propósitos. Respira-se um ambiente de mal estar e reconhecê-se o afastamento do sentido de confiança e portanto a ausência do principio de solidariedade. Pelos modos, os ratos deitam o focinho fora da luta e, pelo cariz do horizonte, adivinham a tempestade. Aqueles 20 "representantes da Nação" que ultimamente recusaram aprovação ao Orçamento, quando até agora e durante 32 anos todas as contas do Estado eram "aprova-díssimas" por unanimidade, presentem que "alguma coisa anda no ar!".

E anda mesmo...

Só na Metrópole se ignora, mercê da censura, o perigo que correm os territórios que Portugal possui no Ultramar. A Guiné, depois da independência de Ghana e da Guiné Francesa, ameaça atirar com a albarda ao ar, tanto lhe tem apertado o arrocho a mentali-

dade colonialista que preside o Estado Novo, e tal a interdependência política e económica que existe entre os habitantes daquela região.

O absolutismo de Salazar não permite que o problema seja discutido e se procure uma solução airosa que, mais dia menos dia, será obtida por meios violentos.

Angola é um caso ainda mais sério, inda que menos próximo do feioso desenlace.

Sirvo-me de "O Debate", de 23-8-58, para um exemplo de como Salazar, durante trinta anos, ali exerceu a sua messiânica missão civilizadora, e que só um cochilo da censura permitiu seja do conhecimento de nós outros, seus deslumbrados admiradores:

"Actualmente, segundo o ultimo recenseamento populacional da Província, existem mais de 4.000.000 de indivíduos não civilizados, o que comparando com os 57.000 nativos civilizados, corresponde à magra crítica percentagem de pouco mais de um indivíduo civilizado em cada 100 existentes.

Se olharmos de relance para a estatística de ensino primário (1), veremos que dos 329 estabelecimentos existentes, a maior parte delela pertence ao ensino particular, pertencendo ao oficial unicamente 152 escolas.

No plano geral de instrução em Angola, teremos a considerar o caso especial dos indígenas, alvos de determinações legais especiais, dado ao seu baixo grau de civilização.

O Estado confiou às Missões a espinhosa e humaníssima função da instrução ao indígena. Essa determinação tem sido alvo de inúmeras críticas, partindo estas algumas vezes das maiores autoridades da vida da Nação.

O sr. Professor Dr. Marcelo Caetano, no seu livro "Portugal e o Direito Colonial Internacional", põe duvidas que tenho sido feliz a entrega total do ensino dos indígenas às Missões.

Por seu lado as Missões católicas queixam-se da escassez de numerário, enquanto que as evangélicas nem são subsidiadas pelo Estado. É quase inaceitável, que numa provincia descoberta há 400 anos, numa população superior a ..... 4.000.000 de indivíduos, existam 1.042 estabelecimentos de ensino, servidos por 2.560 professores e dando acesso a 49.142 alunos o que corresponde a uma percentagem inferior a 1%".

Quando em 5 de Outubro de 1957, eu disse aos meus patricios que havia urgência numa resolução heróica, qual a de mudar a sede do governo central da Comunidade de Nações Portuguesas para Nova Lisboa, nunca me passou pela cabeça que Angola, sob o aspecto da civilização indígena, permanecesse como eu a vira há quase meio século e até em pior atraso. O impulso que lhe deram, quando Governadores, Couceiro e Norton de Matos, só foi aproveitado e estimulado para o "Estado Novo" dali tirar uma grande parte dos recursos com que sustenta as dezenas de milhares de agentes da PIDE, os guardas pretorianos que lhe guardam a pele e o mando, os grêmios, a "legião", os tubarões colonialistas, os caciques do partido unico, nuvem de gafanhotos insaciáveis que há 32 anos devastam os campos do Erário nacional e ensombram o Sol da liberdade do povo português.

Vamos receber uma herança pior do que aquela que os Filipês deixaram a D. João IV. Os sacrificios que nos esperam para readquirirmos a independência e mantê-la no conceito das nações europeias, ninguém os pode prever. E quanto mais tempo retardarmos a revolução libertadora, quanto mais tarde expulsarmos do país os que se arvoraram em donos do nosso destino, dos nossos haveres e dos nossos direitos, tanto maior será a ruína do nosso patrimonio.

(1) No 2.º semestre de 1958, havia no Continente (Portugal Continental), 4.590 escolas primárias sem professores, e 1.250 postos de alfabetização para adultos sem regente. Quantos mais analfabeto existirem, mais facilidades de dominio para o "dono da quinta" A renda é que tem importância.

A todos os assinantes de "Portugal Democrático", quer do Brasil, quer de Portugal ou do estrangeiro, solicitamos que mandem pagar suas assinaturas em débito com toda a urgência.

que Portugal possui — o seu povo anónimo!

Não ameaçamos a "UPI": mas garantimos aos seus dirigentes que os jornais portugueses e Portugal inteiro não-de saber, um dia — e esse dia não tarda —, todas as manobras a que se prestou, colocando incondicionalmente os seus serviços e os seus "repórteres" ao dispor da mais infamante ditadura que, até hoje, oprimiu o Povo Português.

## Irene Lisboa e Carlos Olavo

A morte acaba de arrebatrar duas magnificas figuras das letras portuguesas contemporâneas: Irene Lisboa e Carlos Olavo.

Irene Lisboa deixou uma obra vastíssima e inacabada, através da qual retratou os seres pobres e banais que nunca tiveram noticias em jornais. Foi a escritora dos humil des. As suas crônicas, felizmente reunidas em livros, ficarão para sempre a documentar os passos da grande noite em que Portugal mergulhou há trinta e dois anos.

Carlos Olavo, que publicou diversos ensaios de aguda critica sobre José Agostinho de Macedo, João das Regras e Filinto Elísio, nomeadamente, foi ainda um destacado batalhador contra a ditadura salazarista. Antigo presidente do directorio do Partido Republicano Português, não teve, porém a alegria de ver destituído o sanguinolento tirano de Santa Comba.

"Portugal Democrático" inclina-se, sentidamente, perante os despojos de Irene Lisboa e de Carlos Olavo — escritores que, cada um à sua maneira, souberam dar uma contribuição segura à dignidade das Letras portuguesas do nosso tempo.



# O Brasil apoia Delgado contra Salazar

(Continuação da 1.ª pag.)

irreversível e a oposição já manifestada pela Igreja, colocando-se ao lado do povo, de onde fôra afastada por seus pastores, significa o começo do fim de um pesadelo.

Salazar sabe isto, mas resiste e resistirá, o terror será cada dia mais cego, já atingindo oficiais do exército que ajudaram a fazer o atual governo mas em boa hora reconheceram o seu erro e, tal como a Igreja, vêm hoje integrar-se no ritmo da luta pela dignificação do país. O objetivo imediato de Salazar era prender e esmagar o líder da oposição, o general Humberto Delgado. Graças ao Brasil não conseguiu e por este ato o povo brasileiro dá a mão por cima do vasto mar que nos separa, mais nos une, ao insubmissível povo português e aos seus únicos amigos que se encontram, sem exceção, entre as massas e as elites democráticas. Dando asilo ao general Delgado e amanhã recebendo-o neste país, o Brasil salvou a honra dos povos da língua portuguesa, contribuiu para a luta do povo lusitano pelas suas liberdades e inaugurou a verdadeira comunidade entre os dois países, comunidade autêntica feita de um ideal comum e de uma fidelidade comum aos valores da democracia desprezados pelo ditador Salazar.

(1) — Sobre a situação de terror existente em Portugal o leitor pode encontrar dados concretos no livro do capitão Fernando Queiroga, "Portugal Oprimido", publicado no Brasil.

("Diário de Notícias", 14-1-59).

## Sob a proteção do Brasil

O processo de decomposição da ditadura portuguesa acaba de entrar em nova fase em consequência de um acontecimento de extrema importância ocorrido em Lisboa: o general Humberto Delgado, na iminência de ser preso, pediu asilo à embaixada do Brasil. O nosso País surge, assim, pela primeira vez, ligado à crise política que vem abalando os alicerces do Estado Corporativo saído da Revolução do 28 de Maio. Não se conhecem ainda os motivos profundos da decisão do general e tudo se desconhece quanto às suas intenções futuras. Tampouco se sabe qual a atitude que o governo do sr. Salazar adotará em face da delicada situação criada pelo gesto do líder da oposição lusa. Uma certeza, no entanto, paira no ambiente: o gen. Humberto Delgado bateu a boa porta. Para ele vão nesta hora difíceis simpatias e a admiração do Brasil. Durante quinze anos de um regime disciplinar sofrimos mais do que o suficiente para sabermos valorizar devidamente a luta ingrata e corajosa do homem que encarna o espírito de resistência de Portugal e os seus anseios de liberdade. Pode o sr. Salazar estar certo de que não são apenas os portugueses do Brasil que sentem o drama do seu nobre adversário; é toda a opinião pública brasileira que o vive e que condena o Estado Novo e os seus métodos de violência, como ainda recentemente se demonstrou durante a campanha de protestos contra a prisão de Jaime Cortesão e seus companheiros.

Os últimos telegramas procedentes de Lisboa pretendem apresentar o governo e a opinião pública de Portugal surpreendidos com a atitude do general Delgado. Os meios oficiais chegam mesmo a atribuir propósitos de exibicionismo espetacular à atitude do chefe da oposição portuguesa. Esquecem-se, entretanto, de que na própria nota oficial em que dão conta da punição que lhe infligiram, o advertem claramente de que ela independe "de quaisquer responsabilidades criminais que mais tarde lhe possam ser atribuídas. Quem pode garantir que essas responsabilidades não lhes fossem pedidas ontem mesmo, quando manifestações, organizadas não se sabe por quem, se preparavam para acalmar o general e dar pretexto à polícia para executar as ameaças do governo? O general Humberto Delgado não recorrerá à Embaixada do Brasil se não soubesse ameaçado na sua liberdade. E uma vez que recorreu a ela e lhe pediu asilo, não há subterfúgios nem ardis que lho retirem.

O militar illustre que, nas eleições de junho, lutou com tanta elevação e dignidade contra a máquina de propaganda da União Nacional e as ameaças do seu chefe não será encaixado como qualquer criminoso delito comum. A manobra da ditadura falhou. Reformaram-no, proibiram-no de envergar o uniforme que tanto prestigiou, mas não o lançaram nos calabouços da Polícia Política. Humberto Delgado continuará a ser um homem livre e, em

Portugal, sob a proteção da nossa bandeira, ou nesta terra irmã do Brasil, que o receberia de braços abertos, será cada vez mais um símbolo da insubmissão da grei lusitana e do seu amor à liberdade. A colera impotente do Estado totalitário prenuncia um fim próximo.

("O Estado de S. Paulo", 14-1-59).

## O sentido da fraternidade luso-brasileira

A fraternidade luso-brasileira pôde excepcionalmente exprimir-se também em Portugal, apesar da ditadura salazarista, quando nossa embaixada em Lisboa concedeu asilo ao general Humberto Delgado, ex-candidato à sucessão do General Craveiro Lopes na presidência da República. Ali, a salvo de novas perseguições, protegido pela soberania de nossa bandeira, o bravo líder democrático do povo português simboliza a esperança de que em breve nossos irmãos de além-mar possam recuperar a liberdade perdida há 32 anos e participar mais intimamente conosco da comunicativa alegria que entre os brasileiros esclarecidos se restabeleceu quando em 1945 se dissiparam as trevas da ditadura.

Lamentavelmente, o que chega a ser pleonasmo sob o regime de Salazar, um porta-voz oficial declarou que o pedido de asilo feito pelo general Delgado não passa de "manobra política destinada a atrair a atenção do público". Ora, o nome do eminente asilado de nossa embaixada em Lisboa tornou-se internacionalmente conhecido muito antes, no ano passado, quando se colocou à frente do povo português, nas ruas e praças ensombreadas pelo terror policial, para revelar como candidato a "manobra política" de um ditador que, em desespero de causa, fingia aderir, com a farsa de uma eleição presidencial sem a menor autenticidade política ou mesmo aritmética, aos métodos democráticos por ele sempre rejeitados. Foi isso o que realmente chamou para a corajosa atitude do general Delgado "a atenção do público", não apenas em Portugal e no Brasil, mas no mundo inteiro.

O asilo em nossa embaixada é apenas uma das muitas consequências remotas, como reação de legítima defesa contra as de outro gênero. Uma vez eleito à maneira de Salazar o almirante Américo Tomás, o incidente estaria encerrado se não se desencadeassem as vingadoras perseguições àquelas que, como o general Delgado, se opuseram à candidatura oficial. É contra essa atmosfera irrespirável que se levantam os sentimentos da verdadeira fraternidade luso-brasileira, inquebrantável através de todas as vicissitudes de caráter político e fiel aos anseios comuns de liberdade.

(Folhas, 14-1-59)

## Caso Delgado: Uma tradição a zelar

Um dos problemas certamente mais delicados, que já se colocaram para a diplomacia brasileira, é este do asilo pedido e concedido ao general Delgado, na Embaixada de Lisboa. Não existe acordo algum entre Brasil e Portugal, reconhecendo o direito de asilo, e, por isso, a solução do caso fica inteiramente a juízo do Povo português. Este poderá conceder, ou não, o "visto" de saída para o general Delgado, mas nada o obriga a fazê-lo. Se resiste às gestões de caráter pessoal do embaixador Alvaro Lins, estará erigido um "impasse", que tenderá a cristalizar um verdadeiro foco de agitação nas relações entre os dois países.

A esperança dos diplomatas brasileiros é de que o Governo português julgue, finalmente, que sua "fome de Delgado" não vale um conflito nas relações com o Brasil. Mas, os telegramas enviados pelo embaixador Alvaro Lins, e as notas oficiais distribuídas pelo Governo de Lisboa, indicaram que este, por seu lado, tentará lançar mão de todos os recursos à sua disposição, antes de renunciar, definitivamente à sua presa. Sua tese, pelo menos até ontem, era a de que Delgado não tinha razão alguma para pedir asilo ao Brasil, que ele não era considerado responsável por crime algum, ou por qualquer ato que justificasse a prisão de seu passaporte, e que, portanto, não lhe seria negado o "visto" de saída com a condição de que este fosse pedido segundo os "canais normais". No caso contrário, acrescentam os oficiais portugueses, "o Governo não dará qualquer colaboração" à solução do caso.

Isto significa que, segundo o Governo português, Delgado deve sair da Embaixada e ir à Polícia pedir o "visto" no passaporte, como qualquer cidadão, se quiser sair para o Brasil. Não há, no entanto, segurança maior de que, ao deixar o abrigo da Embaixada, Delgado tenha sequer tempo de chegar ao Distrito Policial, pois a Polícia poderá esperá-lo à porta, com um mandato de prisão. Com efeito, o Governo português poderia alegar, então, que o pedido de asilo constitui um "fato novo" na ficha policial de Delgado, e justifica que ele seja processado por "escândalo público", ou "atentado à segurança nacional", ou uma outra acusação desse gênero.

É natural que tal hipótese preocupe também os diplomatas brasileiros. A prisão de Delgado, ao sair da Embaixada, seria sempre um rude golpe para o prestígio da diplomacia brasileira. De qualquer forma, o Itamarati deixou a questão inteiramente entregue ao embaixador Alvaro Lins, cuja vigorosa e rápida atuação no incidente, aliás, está sendo recebida com grande satisfação e fartos elogios, no Ministério do Exterior. Isto permite esperar que se concretizem as expectativas da opinião pública brasileira de que o caso seja conduzido com a mesma firmeza, até o fim, pelo nosso Ministério do Exterior, numa demonstração de zelo pelas nossas melhores tradições diplomáticas.

(Última Hora, 17-1-59)

## O cerco policial às Embaixadas em Lisboa e o dever do Itamarati

A fuga do capitão Henrique Galvão, líder da oposição antisalazarista, condenado a 16 anos de carcere por "tramar contra a organização do Estado", é evidentemente um acontecimento do âmbito interno de Portugal. Não há dúvida que a calorosa simpatia da opinião pública brasileira está com o fugitivo, e não com os seus carcereiros. Mas isso não atinge a esfera da política do Itamarati, que, no momento, se ocupa (e não é pouco) com o caso do asilo do general Delgado.

Entretanto, é necessário que o Governo brasileiro esteja atento para um aspecto da fuga do capitão Galvão, que pode ter de delicados dobramentos futuros. Trata-se da notícia transmitida de Portugal pelas agências telegráficas, segundo a qual o governo de Salazar enviou fortes destacamentos policiais para as mediações das Embaixadas estrangeiras, temendo que se repita com o fugitivo de agora o que ocorreu com o general Delgado.

ÚLTIMA HORA afirmou, desde o primeiro momento, sua posição de apoio à firme atitude do embaixador Alvaro Lins que, seguindo as melhores tradições da diplomacia brasileira, não hesitou em conceder ao general Humberto Delgado o asilo que este lhe solicitava para escapar à perseguição política movida pelo regime salazarista. Foi com satisfação que constatamos, na quase unanimidade da imprensa brasileira, a concordância com a nossa maneira de encarar o assunto.

Por outro lado são óbvias as dificuldades em que se debate o governo de Salazar, cuja natureza ditatorial foi brutalmente posta em relevo com o caso Delgado. Evidentemente desorientados, os governantes portugueses insistem na absurda afirmação de que o líder opositorista não estava sob a ameaça; e de que pode, a qualquer momento, sair do seu refúgio para pedir, como qualquer cidadão, um passaporte e dirigir-se para onde bem entenda...

Precisamente a dificuldade em que se encontra o governo de Lisboa leva a crer que ele seja capaz de tentar aproveitar-se do caso Galvão para resolver, em seu favor, o caso Delgado. Como, em que circunstâncias precisas, não poderíamos dizer, pois, isto pertence ao domínio da profecia. Mas o cerco às Embaixadas — e visando, naturalmente, em primeiro lugar, a nossa é um indicio que cumpre não menosprezar.

Não está fora de previsão que, ao sentir-se acuado, o salazarismo tente um golpe de audácia, a criação de um fato consumado qualquer, que lhe permita no mínimo algo que deseje ardentemente: dar golpe ao direito de asilo, desvirtuando-o para o tema de caça aos "terroristas" e "inimigos do Estado" nos portões das Embaixadas — ou, quem sabe, para além desses portões.

Esperamos que o Itamarati esteja vigilante para todas as hipóteses, inclusive esta.

(Última Hora" 19-1-59)

## SALVO-CONDUTO PARA O GENERAL DELGADO

Nesse caso do general Delgado, o nosso embaixador em Portugal, sr. Alvaro Lins, até agora tem procedido bem. Com lucidez e firmeza. Os nossos votos são para que ele continue assim. Apontar ao general a porta da Embaixada e pedir-lhe que dê o fora, seria uma sujeira sem tamanho. Mais do que isso: uma ignomínia. E significaria rompermos uma tradição que o Itamarati tem sabido manter de cabeça erguida. Noutras ocasiões, e em meio a vicissitudes ainda mais sérias e perigosas, têm os nossos embaixadores sabido cumprir com o seu dever. Essa é uma boa tradição e das poucas, em meio de tanta velharia ruim de que é farto o casarão da rua Larga, que devem ser preservadas.

O que Salazar está fazendo com o general Delgado fere frontalmente o direito de asilo e a rotina diplomática.

Diz o sinistro sacristão (sacristão, de resto, que já não conta com a confiança dos párocos) que não concede salvo-conduto ao general, que quer vir para o Brasil, porque isto não é necessário.

Que eníquo! É claro que o nosso asilado, se cruzar as portas da Embaixada do Brasil, não cairá automaticamente nas mãos da Polícia Política. Salazar não usaria tanto. Mas uma quinzena depois o general, que já perdeu todas as funções, imunidades e regalias, fatalmente seria engaiolado. É um mês depois estava definhando em Tarrafal.

Creio que o nosso embaixador em Lisboa deve rematar sua brava posição, no caso Delgado, exigindo de Salazar salvo-conduto para o seu hóspede. Além dessa exigência representar um direito rotineiro, de que o embaixador não pode abrir mão, a verdade é que somente o salvo-conduto poderá permitir ao general escapar às garras da "Pide"; e chegar ao Brasil são e salvo. Qualquer outra solução proposta por Salazar ao nosso embaixador não deve ser levada em conta. Não é solução — é engodo, conversa fiada de "tira". E seria uma vergonha que, nesta quadra dos acontecimentos, fôssemos, por ingenuidade ou fraqueza, fazer o jogo do "tira" Salazar.

(Cronica de Joel Silveira, publicado no "Diário Notícias" de 21-1-59).

## PORTUGAL

RIO — Os bispos de Portugal limpam as mãos à parede. A Igreja é uma coisa, o Estado Novo é outra, fazem eles agora questão de deixar bem claro. Nem sempre o fizeram; houve um tempo em que o ministro Salazar e o cardeal Cerejeira falavam uma língua tão a mesma que para o povo tudo era uma só ladainha, ou, como disse o bispo do Porto, "bastava o abade dar o lamiré e todos entravam imediatamente no coro".

São os bispos, em geral, gente, avisada, e fina, e essa esquivança deles não é de bom augúrio para o regime. Quem tem escudos no baú que os troque em tempo; a moeda de Salazar já não bate com o mesmo som.

Também não me cheira bem essa caturrice no caso Delgado. O governo não quer que ele venha para o Brasil porque, alega, ele vem para o Brasil quando quiser. Isso é lógica de saloio finório, não é coisa séria, que se diga de governo a governo. Triste papel faria o Brasil se entregasse o seu hóspede para ser moído a pau. Sim, que do pau ele não escaparia; a culpa, é claro, seria de provocadores comunistas, e paules também; a traça é velha.

Melhor deixar o Delgado onde está e arrumar outro quarto para quem vier; ninguém pode garantir que esse outro não seja o Oliveira Salazar, natural de Santa Comba.

(Cronica de Rubem Braga publicado nas "Folhas" de 23-1-59).

## O caso Delgado preocupa o Catete

Nos altos círculos da administração do País já não se escondem mais as preocupações em torno do caso do asilo concedido ao General Humberto Delgado, pela Embaixada do Brasil em Lisboa. O Brasil, ao conceder o asilo, agiu como amigo indefectível de Portugal, ainda mesmo que, com uma tal decisão, não houvesse realizado ato agradável ao atual governo português. A mecânica do asilo, aliás, é mesmo essa: os governos passam, mas as

Nações permanecem. Quantos governantes contemporâneos já não estiveram asilados em Embaixadas, para fugir a governos atrabiliários? O Brasil, assim, prefere seguir uma política que tem defendido tradicionalmente: a de honrar os princípios de uma instituição sagrada. Demos o asilo a Delgado; e não poderemos jamais concordar em que se queira submeter a nossa ação a ironias, que se afirme que Delgado não é asilado, e sim um hóspede, um residente, como que um sublocatário da nossa Embaixada. Isso não!

O que é lamentável é que o Ministério dos Estrangeiros, a casa de Marcelo Matias, esteja tratando do assunto com tão pouco conhecimento da psicologia brasileira. E é isso exatamente, a delonga, o adiamento, a ironia inconsistente, que está causando preocupações à alta administração.

Há tempos, preocupado com a situação das relações interamericanas, o Presidente Juscelino Kubitschek dirigiu ao Presidente Eisenhower, por portador especial, uma carta hoje famosa. Nessa época, tínhamos Embaixador em Washington — e isso não se considerou desdouro algum para a nossa representação. Esse é o pensamento que ocorre novamente nas rodas da alta administração, razoavelmente preocupadas com as relações entre Brasil e o atual governo português. Ou o assunto Delgado se resolve logo, e pela única forma jurídica admissível — ou as relações entre o nosso País, e o governo de Lisboa verão dias obscuros, cuja antevisão já se patenteia.

(Última Hora, 28-1-1959)

## A repercussão na Câmara Federal

O caso Delgado constituiu e continua a constituir um acontecimento de interesse nacional. Durante muitos dias o noticiário relativo ao assunto figurou nas primeiras páginas dos jornais, encimado por títulos a toda a largura das mesmas. A atitude do Itamaraty mereceu aplausos gerais. O assunto subiu também à Câmara Federal onde o deputado Neiva Moreira dirigiu um apelo ao governo do Sr. Salazar para que encontre rapidamente uma solução para o caso. O ilustre parlamentar salientou que estava certo de que o seu apelo exprimia o ponto de vista da maioria do Congresso Nacional e da opinião pública brasileira. Tal solução, em seu entender, só podia ser uma: a concessão ao general Humberto Delgado de um salvo conduto que o habilite a deixar Portugal se esse for o seu desejo. Referindo-se à firme posição adotada desde a primeira hora pelo embaixador Alvaro Lins, sublinhou que ela é de "rigorosa fidelidade ao espírito, à tradição às praxes da legislação brasileira e do direito internacional. Concluiu lendo pareceres de eminentes juristas brasileiros em que se confirma a legalidade do papel assumido pela embaixada do Brasil em Lisboa.

O Sr. Neiva Moreira foi interrompido frequentes vezes pelos aplausos que partiam de todas as bancadas. A certa altura, o deputado por Alagoas, Sr. Aurelio Viana afirmou: "quando a Igreja católica já faz restrições ao regime de Salazar é porque ele está quase no chão". O Sr. Draut Ernany, da Paraíba acrescentou então: "é a extrema unção!"

## O SNI dá "premios"

O sr. H. C. Moreira Baptista, que não prima nem pelo tacto nem pela inteligência (haja em vista o "caso De Lucca"), preparou, recentemente, uma "homenagem": de vários pontos da Província, deslocaram-se a Lisboa alguns "jornalistas" que foram dizer ao director do "SNI que, embora menos esperto do que o seu antecessor António Ferro, ele, Baptista, era também um génio... Dai, para agradecer o "voluntário" gesto, o "deputado" que ainda não há muitos meses comparou Salazar a De Gaulle, prometeu prémios, uma chuva de prémios, aos que escreverem artigos sobre... Salazar! Que mais prometerá ainda o sr. H. C. M. Baptista? E que responderá ele, um dia, quando a Nação lhe pedir contas?



## Uma carta do Dr. Rodrigo de Abreu ao Bispo do Porto

"Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. António Ferreira Gomes,

Venerando Bispo do Porto. Poderá Vossa excelência Reverendíssima estar ainda recordado de que, quando me despedi de Vossa Excelência Reverendíssima, na entrevista que se dignou conceder-me em Maió p.p., eu declarei que o fazia com o coração gelado.

Bem diferentes são hoje os sentimentos com que, com a devida vénia, tomo a liberdade de voltar à presença de Vossa Excelência Reverendíssima.

Julgava eu, nessa altura, que o Bispo do Porto fazia o jogo dos ricos, com prejuízo do interesse do Povo.

Mas a carta que Vossa excelência tão corajosa, como nobremente dirigiu ao Senhor Presidente do Conselho, e que é já hoje um documento notável e notório, largamente divulgado e apreciado em todo o País, trouxe-me a convicção de que, efectivamente, Vossa Excelência pensa nos trabalhadores e luta, firmemente, para evitar a sua completa proletarização, perdendo assim inteiramente a sua independência económica e a própria dignidade e integridade moral.

Neste ponto foi que eu reconheci que estamos inteiramente de acordo e os nossos pensamentos se encontraram, num desejo, propósito e afinidade comum e indefesa das classes trabalhadoras.

Receba, pois, Vossa Reverendíssima o meu sincero apoio e aplau-

### LEITOR DO BRASIL

Portugal Democrático nasceu do teu patriotismo e da tua generosidade. Para que a sua presença na vida portuguesa seja cada vez maior é preciso, indispensável que o teu auxílio seja também maior.

## Uma obra

(Continuação da pág. 3)

a António Sérgio, nas quais se faz a entusiástica apologia dos regimes fascistas de Salazar e de Franco! Não podem subsistir quaisquer dúvidas quanto a abusiva e criminosa deturpação dada pela "Labor" a um texto que lhe fôra confiado, nos termos dos acordos literários internacionais.

"Para lá da inadmissível atitude da editorial espanhola, sabe-se que Antonio Sérgio sempre combateu as ditaduras, e especialmente a portuguesa, pelo que nunca poderia fazer o elogio dos regimes fascistas da Península Ibérica. Por via do ininterrupto ataque ao governo ditatorial que infelicitava o povo português, Sérgio e mais três distintos intelectuais lusitanos ainda há poucas semanas suportaram as agruras das prisões de Estado. Eis por que o acrescimento introduzido pela "Labor" à referida "História de Portugal" atinge os limites da difamação.

"Admitimos que Antonio Sérgio tenha protestado já contra a arbitrariedade de que foi vítima. Mas, sabendo o rigor com que atua a censura nos países ibéricos, julgamos que o seu protesto não teve, na imprensa portuguesa ou espanhola, a repercussão que merecia. Quanto a outras manifestações que acaso intente promover, incluindo o recurso aos tribunais, o resultado será naturalmente identico e sem expressão, pois todas as ditaduras negam por sistema o direito e a defesa da liberdade de expressão.

"O aprego em que é tida a obra literária, filosófica e histórica de Antonio Sérgio, o respeito merecido pelo seu alto valor intelectual, a dignidade com que tem combatido um regime de opressão e de obscurantismo, como é o de Salazar, levam-nos a acreditar que as associações e personalidades brasileiras que sempre se distinguiram na reivindicação de livremente exprimirem o que pensam, não podem ficar silenciosas e quedas ante a inominável agressão cometida pela "Labor" contra o grande escritor de Portugal.

so pela doutrina exposta, pelos objectivos que visa e os princípios que a informam. Trata-se, é já impossível negá-lo ou evitá-lo, de um documento histórico, de grande significado económico e social, veio abrir os olhos a muitos e marcar firmes e bem fundadas esperanças e diretrizes para o futuro.

Bem pode e deve o bom Povo Português, que tanto tem sofrido ainda, com arbitrios injustificados e de rígido dirigismo económico, estar reconhecido a Vossa Reverendíssima pelo alto, rutilante fecho de luz erguido em sua defesa dos seus direitos menosprezados e da sua dignidade moral, cívica e social tão abatida e que, acima de tudo, urge e importa defender e salvaguardar. E' esta, quanto a mim, a pura essência e a verdadeira missão social do Cristianismo, a que procuro manter-me fiel em toda a minha actuação política, na convicção de que tudo quanto seja contra o Povo é anti-nacional e em prejuízo de todos nós.

Sem base económica nada existe e Vossa Reverendíssima viu e pôs o problema económico-social dos portugueses com aquela nobre coragem e clarividência que define um carácter e afirma uma alta e cultivada inteligência.

Só é lástima que tenha havido por parte de alguns, uma precipitada e falsa compreensão das palavras e das doutrinas que Vossa Excelência Reverendíssima de modo bem claro e inofensível, sempre tem expandido através de toda a sua acção pastoral e docente, quer por escrito, quer verbalmente, quer perante intelectuais ou diante de povo humilde.

Mas também creio que essa incompreensão e deslealdade cívica e moral não passa de fogo fátuo, imediatamente abafado pelo consenso unânime de todos que desejam que um novo surto venha abrir um caminho de resgate e de progresso para todos os que sofrem e trabalham pelo bem comum.

Deixe Vossa Reverendíssima rugir a tempestade e cria que o Povo sabe compreender, fazer justiça e dar razão a quem a tem e a merece.

Atitudes como a de Vossa Reverendíssima é que aproximam o Povo da Igreja e o cristianizam enquanto que outros só procuram servir-se da Igreja para provocar e causar todos esses males que Vossa Reverendíssima luta para que sejam sanados ou corrigidos devida e pacificamente.

Na certeza de que, quanto ao problema social e económico da sociedade portuguesa, Vossa Reverendíssima é uma autoridade de relevante merecimento, uma vez que defende fundamentalmente o problema da paz sobre a base da justa e equitativa divisão dos frutos do trabalho entre os membros da comunidade, pensando especialmente na miséria do trabalho do campo e na lavoura, bem como na colaboração efectiva e justa quota-parte na condução da vida colectiva em que o individuo é sujeito e não objeto da vida económica, eu penso que Vossa Reverendíssima com a força que lhe assiste da sua autoridade paternal e pastoral, muito pode e há-de contribuir para a pacificação da consciência nacional, e para o que, sem dúvida, imenso contribuiria, como acabamos de observar em Espanha, com fundamento na proclamação de Sua Santidade o Papa João XXIII, o ir ao encontro dos anseios de milhares de portugueses, que aguardam uma Anistia, que, sem ofender a Justiça, exalte e realce a generosidade, a fé e a confiança entre todos os portugueses.

Perdoe-me Vossa Reverendíssima este desabafo e esta franqueza, aliás necessária da minha parte, como demonstração de apreço e muita admiração do Atento, Criado e Venerador,

Rodrigo Teixeira Mendes de Abreu

### DEMOCRACIA ESPANHOLA

Lêla "Democracia Española", órgão dos anti-franquistas do Brasil. Na hora que se aproxima, os democratas portugueses e espanhóis não podem ignorar-se.

## ULTIMA HORA

### "O Seculo" e a Agencia "Lusitania" insultam os portugueses do Brasil

Horas antes de fecharmos este número, chegou à nossa redacção, enviado por mão amiga, o recorte de um telegrama publicado no jornal "O Seculo", de 29 de janeiro e transmitido por um individuo que afirma representar no Brasil a desclassificada agência "Lusitania". Não reproduzimos o amontoado de dislates do plúmfito a soldo do sr. Lupi. Para que os nossos leitores façam uma idéia do conteúdo, basta transcrever o título que o acomodaticio jornal do sr. Pereira da Rosa estampou a encimar a notícia: "A nossa colônia no Brasil apoia o governo Salazar e reprova e repudia qualquer solidariedade com o general Humberto Delgado". Segundo a notícia em questão os opositoristas portugueses não chegam a atingir um por cento da colônia, não convidaram nunca o general Delgado para vir ao Brasil e obedecem a ordens de Moscou. Para cúmulo acrescenta que nem o Centro Republicano Português, nem a Associação General Humberto Delgado existem. Incrível, mas verdadeiro! Houve quem escrevesse semelhantes imbecilidades e houve um jornal que as publicasse.

O pobre diabo semi-analfabeto que debitou tais dislates apenas nos inspira um sentimento de desprezo mesclado de piedade. Da Agência do sr. Lupi nem vale a pena falar pois ninguém ignora que ela é, tal como a sua colega ANI, paga para fazer a propaganda do salazarismo. O que não compreendemos é que um jornal como "O Seculo" possa descer tão baixo, dando publicidade a uma notícia redigida num tal tom e cujo objectivo de falsear a verdade dos factos salta à evidência. Que o sr. Pereira da Rosa é um oportunista todos o sabem. Mas que o seu servil desejo de agradar ao Homem Forte o leve a injuriar os portugueses do Brasil proclamando-os salazaristas é, convenhamos, ir longe demais na colaboração prestada ao regime. Se o próprio sr. Correia Marques, diretor de um pequeno jornal, reconhecia, há dias, em entrevista dada em Lisboa à UPI que a oposição portugue-

sa no Brasil é uma realidade e a sua organização bastante sólida, como é possível que num quotidiano da importância de "O Seculo" se dê crédito às opiniões de um sujeito de quem ninguém jamais ouviu falar neste país? Será que no jornal "O Seculo" se pensa que são mais representativos da inteligência e do pensamento português alguns comendadores sedentos de publicidade do que os vinte e seis membros do Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró Liberdade de Expressão? O estafado "slogan" de

que todos os que no Brasil lutam contra o sr. O. Salazar estão a soldo de Moscou, diz tudo sobre a debilidade mental do correspondente da "Luzitania". Haverá alguém na redacção de "O Seculo" que ignore que nunca foram nem serão comunistas homens como Sarmento Pimentel, Adolfo Casais Monteiro, Tomas Colaço, Santana Mota, João Alves das Neves e Miguel Urbano Rodrigues, para apenas citarmos alguns dos muitos que na imprensa brasileira não se cansam de dizer verdades sobre o Estado Corporativo do sr. O. Salazar?

### A propósito do livro

## "Na inquisição de Salazar"

Embora publicado há cerca de dois anos, só recentemente pudemos ler o livro de Luis Portela e Edgard Rodrigues, "Na Inquisição de Salazar", lançado a público em 1955 pela "Editora Germinal", do Rio de Janeiro.

O livro deve chocar certamente os jovens portugueses, pelo menos aqueles cuja idade anda à roda dos 30 a 35 anos, pois evoca as lutas de que só muito apagada e resumidamente eles ouviram falar: as dos anarquistas. E se o autor destas breves linhas não se conta nas fileiras destes batalhadores, nem por isso a sua acção lhe merece menos interesse nem menos respeito. Aliás, no pórtico, aparecem os nomes de 39 portugueses assassinados pela "gestapo" de Salazar. Como não haviam de despertar interesse as duzentas e cinquenta páginas de um volume inteiramente dedicado à luta contra o fascismo salazarista?

Com um prefácio de Roberto das Neves, que o editou, o livro "Na Inquisição de Salazar" inclui ainda um valioso estudo de um dos seus co-autores, Edgard Rodrigues, modestamente intitulado de "Esboço histórico do movimento operário em Portugal", através do qual verificamos quão heróica foi a luta dos trabalhadores portugueses pela sua emancipação, desde há um século atrás.

Publicam-se, a seguir, as 144 cartas trocadas entre Luis Portela e Edgard Rodrigues, ambos militantes anarco-sindicalistas. O primeiro viveu, praticamente, nas masmorras de Salazar desde 1932 a 1954, percorrendo inúmeras delas, no decurso de uma espantosa odisséia. Minado pela doença e pelos maus tratos inflingidos pela policia politica de Salazar, foi "libertado" para não morrer na prisão: com efeito, faleceu poucos dias depois

de ser "posto em liberdade". Quanto a Edgard Rodrigues, está vivo, felizmente, residindo no Rio de Janeiro, onde prossegue, por todos os meios ao seu alcance, a luta contra o regime ditatorial e obscurantista do monge de Santa Comba.

Nas cartas trocadas entre os dois militantes operários é feita, pode dizer-se, boa parte da história política de Portugal, entre 1932 e 1954. Simultaneamente, nessas cartas se faz o processo das prisões do fascismo de Salazar — se outros e decisivos testemunhos não existissem já. E que Luis Portela, que nunca se deixou abater pelo ambiente prisional nem pela tortura, incita sempre o seu companheiro a lutar, ao mesmo tempo que lhe vai dando conta dos horrores a que, sucessivamente, o submetem. E serve-se de todas as artimanhas para fazer passar os seus "bilhetes" para o exterior.

Algumas das cartas salientam pormenorizadamente toda a degradação física e moral a que os carcereiros do regime fascista violentam os presos políticos. "Notaste o aspecto macilento dos presos?", interroga Luis Portela, depois de receber "milagrosamente", certo dia, a visita do seu amigo. E explica: "Sabes porque estão eles assim? É porque não os banham, há muito os raios solares. Apenas uma rês-tea de sol entra aqui por espaço de uma hora. E o resto, meu caro? Os pilhos são tantos que tomamos banho e mudamos de roupa e, passados minutos, já temos novamente a pele cravada por eles. Uma autentica miséria! Por isso mesmo é que não permitem que as visitas passem do saguão em que estiveste. Não convém à propagação do Estado Novo que conheçam a imundície em que vivemos. Todas as vezes, semanalmente, que a minha familia vem apanhar-me a roupa para levá-la, previno-a para que não a junte a outras roupas sem a escaldar primeiro. A direcção da Cadeia proíbe fazer tal recomendação. Contudo, eu insisto nela, às escondidas. É terrível a imundície em que nos têm mergulhados!". Esta carta foi datada da Cadeia Civil do Porto, em 10 de Janeiro de 1935. Mas quantas prisões salazaristas nos oferecem ainda piores condições? Talvez seja oportuna a interrogação que fizeram pelos presos políticos portugueses as associações internacionais "humanitárias" e a imprensa de certos países ditos "democráticos" que, nas últimas semanas, tanto choram os fuzilamentos dos carrascos do povo cubano? Eis uma pergunta que, um dia, e cremos que não muito distante, os jornais portugueses farão ao Mundo que se diz "livre".

J. A. N.

## Carlos Lacerda dirige um apelo ao sr. Salazar

Ao contrário do que os escribas da "ANI" e da "Lusitania" se esforçam por fazer crer, todo o Brasil apoia o asilo concedido ao general Delgado. Para que a unanimidade de pontos de vista fosse completa, o líder da oposição, Carlos Lacerda, levantou a sua voz na Câmara Federal, no passado dia 29, para dirigir um apelo ao sr. O. Salazar, "com a autoridade do amor fraterno, com a autoridade da compreensão, mas com a veemência de quem espera e pleiteia justiça elementar à Nação Brasileira". O conhecido politico udenista acentou que para a desejada solução bastaria um simples visto num passaporte e a indispensável autorização para o "general Humberto Delgado, nosso hospede e nosso irmão" se possa dirigir ao aeroporto e tomar ali avião brasileiro.

O líder udenista observou que, recebendo o general Delgado, o embaixador, o sr. Alvaro Lins, cumpriu naquela situação, com o dever que incumbe a qualquer representante brasileiro em situação semelhante, "pois casa brasileira há-de ser sempre portuguesa". Contestou que tivesse havido mancomunação entre o general Del-

gado e o embaixador, "tanto assim, que a hora em que o general Delgado dava entrada na embaixada, o sr. Alvaro Lins, se encontrava no aeroporto de Lisboa, almoçando com o embaixador do Brasil em Londres. A surpresa da chancelaria brasileira foi completa". Além disso, havia, realmente, perigo para com o general Delgado, do que é prova já estarem cercadas pela policia as embaixadas dos Estados Unidos e da Inglaterra, onde se presumiria, fosse buscar asilo o militar e politico perseguido.

### LIVROS DE INTERESSE PARA OS DEMOCRATAS PORTUGUESES

FATIMA (História de um grande embuste) por Tomás da Fonseca — 80,00

GUERRA JUNQUEIRO, VIDA E OBRA — Conferencia proferida por Tomás da Fonseca na Biblioteca Municipal de São Paulo — 20,00

LIVRARIA EDITORA LIBERDADE E CULTURA

Rua 15 de Novembro, 18 - 3.º and.  
Eficente serviço de reembolso postal



# A nova República deve nascer adulta

CRITICUS

*"Portugal Democrático" dando continuidade ao inquérito aberto nas suas colunas, publica hoje mais um depoimento que responde à pergunta: E depois de Salazar? Lamentamos não poder divulgar o nome do seu autor mas somos forçados a substituí-lo por um pseudónimo para evitar que sobre ele recaiam as iras do Sr. Salazar e, o que seria pior, as atenções da PIDE. Podemos, no entanto, revelar que se trata de um jovem que é uma das mais destacadas figuras da sua geração. Através do notável ensaio cuja primeira parte publicamos a seguir os nossos leitores terão, aliás, ocasião de verificar que estas breves referências pecam por insuficientes, tal o mérito do depoimento trazido a público.*

## I — O FIM DE UM REGIME SEM PAIXÃO POSITIVA?

Os portugueses atribuem-se a virtude de ser apaixonados. Dos Lusos, diz advinhadamente Camões, "que de Baco antigo, filhos foram parece". Contudo, o entusiasmo dos filhos de Diôniso tem muitos graus. O nosso deve ser dos mais baixos. Os que nos conhecem, sempre caracterizam as nossas paixões como sem constância. Só raras vezes o português é um apaixonado de grande paixão. O comportamento individual e social repercute na arte e na literatura que o transfiguram. "Só fazemos bem torres de Belém" dizia o poeta Carlos Queiroz, quer dizer, coisas, obras graciosas, mas não verdadeiramente grandes. Exceção, quando, por um milagre único, a paixão colectiva se concentra num ponto só e sai barra fora em busca do sonho que a esgote. Mas mesmo na nossa gesta histórica, não é difícil descobrir os estigmas da passividade. O Velho do Restelo não é uma criação arbitrária de Camões mas o arquétipo da nossa permanente passividade. O que aconteceu foi termos feito da necessidade, virtude. A audácia pareceu-nos tamanha que nunca mais deixámos de a comentar. Que maior sinal de que fomos criados da Aventura e não seus senhores?

Fernando Pessoa, que nos conhecia de fora e de dentro, captou em fórmulas memoráveis a estrutura mental do nosso ser passivo. Individualmente, "nunca o português tem uma acção sua, quebrando com o meio, virando as costas aos vizinhos. Age sempre em grupo, sente sempre em grupo, pensa sempre em grupo. Está à espera dos outros para tudo. E quando por um milagre de desnacionalização temporária, pratica a traição à Pátria de ter um gesto, um pensamento, ou um sentimento independente, a sua audácia nunca é completa, porque não tira os olhos dos outros, nem a sua atenção da sua crítica. "Colectivamente" somos incapazes de revolta e de agitação. Quando fizemos uma "revolução" foi para implantar uma coisa igual a que já estava... Foi um gesto infantil, de superfície e fingimento."

A análise de Pessoa é de 1915. Na sua essência é irrefutável, embora não enraíze no verdadeiro solo, o das relações históricas e sociais, a explicação desse comportamento. No particular, é de uma severidade excessiva, pois a República tinha então apenas cinco anos. Porém, o futuro se encarregaria de o justificar. Mas que pensaria Pessoa se tivesse acompanhado, como acompanhou a República, estes últimos trinta anos de um Regime que teve a pretensão de ser a verdadeira "revolução nacional"? Não será talvez abusivo pensar que o conformismo maciço da vida portuguesa fabricado pelo Regime lhe aparecesse como confirmação delirante da sua lúcida caricatura. Não lhe poderia escapar, como aliás não lhe escapou, que a "revolução" anunciada pelo Estado Novo é o contrário da "libertação profunda" que todas as revoluções anunciam, mesmo quando a traem. Felizmente para ele, não pôde ver até que ponto o novo regime foi a expressão-resumo da Passividade Nacional, cultivada com paciência, método e amor dignos de melhor sorte.

Quem corre deveras não precisa estar dizendo de manhã à noite que

está correndo. O estilo dinamista do Regime, a sua insistência patológica sobre o movimento das pontes e estradas, a promoção de fontanários e catedrais, são a máscara de uma essencial imobilidade. A diferença essencial entre a República Democrática e o Estado Novo é que a primeira ia morrendo à medida que deixava triunfar o conformismo contra o qual nascera; o segundo aperfeiçoa-se na medida exacta em que o seu radical conformismo, de intenção e de facto, encontra nas obras a sua materialização. Salazar está convencido que com mais uma demão da sua pedagogia a criança pátria perderá de vez o desejo das maturidades mais. Esperemos todavia que antes que ele invente o moto-contínuo do Conformismo aconteça ao Estado Novo o mesmo que ao cavalo da velha anedota: morrer quando já nem precisava de erva para subsistir.

Com efeito, a deglutição fabulosa do seu concertado delírio de salvador, as somas vertiginosas consumidas no fabrico de incenso para uso caseiro, alimento etéreo de um deus económico, não puderam evitar a real fraqueza de estômago do delicado sistema que nos rege. Nesta matéria, como em muitas outras, o Regime agoniza entre os confortáveis lençóis da sua mitologia. Repete a seu modo a fábula do pastor mentiroso. A seu modo, isto é, às

## Como o povo não mente na manifestação do seu sentimento colectivo... — SALAZAR - 4-VII-57.

avessas. Durante 30 anos, com mão noturna e diurna injectou na Nação doses cada vez mais elevadas de conformismo social, político, pedagógico, religioso, potenciando ao máximo os defeitos do nosso ser colectivo. Chamava a isso fazer obra de "nacionalismo". Aconchegar-se na Nação, explorar-lhe a infantilidade, o orgulho, a vaidade palerma, o imperialismo de pacotilha, distraí-la com os próprios defeitos, constituíram objetivo de uma "sábua política". Os apelos contrários ao trabalho sério, à iniciativa, à organização racional só em mínima parte alteraram aquela constante do Estado Novo, que foi a de distrair o povo. Entenda-se, distraí-lo de si mesmo, narcotizá-lo, transferir para ele o sentimento de um auto-contentamento inventado dos pés à cabeça para evitar a pavorosa emergência de ter um dia de se encontrar com ele face a face. O nome verdadeiro de tão "sábua política" é o de Regime de Avestruz. Enquanto o pastor magnânimo garantiu aos vizinhos que podiam ir tranquilamente à romaria e ao futebol, pois "ele" velava, o lobo de sempre, a miséria presente, aproximou-se em silêncio ou limitou-se a mostrar as orelhas, talvez sem verdadeira surpresa para o salvador fictício que sabe bem nada ter feito de sério para o liquidar. Foi esse alguma vez o seu propósito? O culto do conformismo sistemático numa sociedade historicamente predisposta para ele não podia evitar a catástrofe a um político que para se não molhar meteu corajosamente a cabeça debaixo de água, empregando esforços sobre-humanos para convencer os seus concidadãos a fazer o mesmo. Disse-á que não podia fazer outra coisa, que cada um é para o que nasce e Salazar nasceu justamente para impedir que se fizesse a "outra coisa" que devia ser feita. Assim será. Mas por isso mesmo, o seu Regime, na medida exemplar em que o conseguiu, é uma espécie de perfeição no seu género, nós queremos dizer, no género dos sistemas passivos e conformistas. Sem favor, é o mais perfeito dos sistemas reaccionários do século XX. A sua longevidade confirma esta singular perfeição sem amanha.

Infelizmente, é um reaccionarismo mas é impossível, com a melhor vontade do mundo e por mais patriota que se seja, descobrir nele qualquer espécie de grandeza, mesmo negativa. É este o seu crime aos olhos da juventude. E da História, que ela escreverá com outros olhos que os escribas medíocres pagos pelo Regime. O Estado Novo é politicamente uma construção tão lamentável que nem se pode ter orgulho de ser contra. É um penoso dever combatê-lo e nada mais. Foi de certo uma astúcia ter-se tornado tal coisa que não se lhe pode ver uma face decente para a combater. O Estado Novo tentou esconder-se da Nação diluindo-se nela. Mas a Nação não o adoptou. Limitou-se a emigrar, a esquecer-se dele. O Estado Novo bem o sabe quando chega a hora de apelar para ela,

Nesses instantes privilegiados que podiam salvá-lo, se ele o quizesse, verifica com espanto (!) e com redobrada raiva que a mensagem salvadora não encontrou almas para a encarnarem. São incontáveis as passagens dos discursos de sua Excelência reveladoras de uma consciência ulcerada pela ingratidão incompreensível do seu povo, tão bem amado. E se calhar é verdade, a seu modo, que é o dos autoritários místicos que de tudo abdicam excepto da sua imprescindibilidade. De outro modo é humanamente impossível compreender como é que um homem, sem contestação inteligente, se pode deixar de um vazio político nacional sem poder ver que é ele próprio o fabricante da máquina pneumática da nossa asfixia.

Um certo número sumariamente, vendo nessas queixas e em outras de estilo, uma refinadíssima hipocrisia, tão refinada que já nem distingue as mãos com que se fabrica. Nós não cremos que sejam tais gestos simples lágrimas crocodílicas sobre o cadáver mal adiado dos inimigos, como esse cristão eminente chama aos opositores. Trata-se uma vez mais e sempre da convicção fatal de um messias político, curiosamente reforçada por uma herança terrível do odioso catedratisimo coimbrão da infabilidade professoral. Isto basta para explicar o grau raro de uma intoxicação que visivelmente

ultrapassa as possibilidades de defesa que cada um de nós opõe à tendência desenraizável de nos supormos o centro do mundo. A medida que a sua política recebia vida, pelo processo de agravar o sistema defensivo que lhe constitui a alma, Salazar foi-se tornando cada vez mais vulnerável à morfina reforçada que ele mesmo manda vender. Hoje seria contra a natureza esperar que a venda lhe caia naturalmente dos olhos, ópia e opião são uma e mesma coisa.

Uma certa aparência de construção formalmente sólida, uma relativa adequação dos propósitos estatísticos com a realidade nacional são um quadro quase natural para servir de base à extraordinária boa-consciência do Chefe do Governo português. Salazar é um político hábil, mas desprovido de todo o traço de imaginação. Ele mesmo gosta de comparar a sua gestão à de uma boa dona de casa. Podemos acrescentar: da pequena burguesia ou do mundo burocrático com salário remediado e garantido no fim do mês. É neste horizonte, real, mas nem por sombras adequado à mobilidade trágica do mundo moderno, onde o salário das nações se inventa por uma fatal margem de audácia e risco que o Estado Novo lhe aparece idilicamente como a casa arrumada da sua infância. Uma legião de juristas, seus colegas de ofício, trabalha a seu lado, colaborando com estéril sabedoria formal nessa ficção política de dispor em novas combinações o xadrez de uma inamovível miséria pública. Nesse jogo que eles julgam brilhante não criam nem deixam criar nada de novo, excepto os seus proventos de criados regimentalmente pagos. Maquiavélicas formais de trazer por casa, limitam-se, sob os olhos frios do patrão a receber a velha carcaça medieval de uma sociedade em adiantado estado de anacronismo. Para a validade de pobres camponeses promovidos que tralram a origem, um tal exercício de arqueologia jurídica é um prato de deuses. Para a História, será um crime de mandarins sem desculpa. Na hora implacável da verdade que a Nação reclama, outros doutores igualmente subtis saberão encontrar textos adequados para traduzir um pensamento político apto a revelar essa verdade e não para a impedir de vir à superfície. Só então terminará o Vazio Político consubstancial a um Regime que não pôde nunca olhar-se de frente, porque a sua essência é o Medo.

As raízes desse medo cobriram o país inteiro sob a forma de terror organizado. É da essência dos regimes intrinsecamente frágeis segregar com uma fatalidade sem surpresa as baionetas e a repressão que os sustentam. Durante trinta anos várias levadas de governantes-juristas foram incapazes de arrancar o espírito da inconstitucionalidade visceral da origem.

É nessa cruz que o Regime explará. Por um resto de pudor ou de deformação profissional, os pequenos maquiavélicos do Estado Novo não foram capazes de arrostar com

o sentimento dessa plena ilegalidade. As tentativas não faltaram, mas detiveram-se no caminho do arbitrário que daria, enfim, a um Regime incapaz de trilhar a estrada da legalidade real, a máscara autêntica dos fortes e aquela realidade que nunca pôde ter. A coragem e a franqueza, o Regime preferiu as meias tintas da sobrevivência. Só um judismo cego podia tentar cobrir com elegantes decretos-leis o abismo concreto que o separa da alma total da Nação. A instabilidade histórica do Executivo durante a Democracia Parlamentar sucedera outra espécie de instabilidade, não contingente, mas orgânica. Génio algum jurista ou político poderia esgotar a água desse poço sem fundo do divórcio popular, matéria única de instabilidade. Podia quando muito deitar areia para esses olhos sem sono de um povo frustrado da sua cama verdadeira. Foi o que fez o Regime, com algum génio, sim, mas negativo.

Porque há de facto um génio salazarista, se se pode chamar génio à percepção retrograda das necessidades históricas de uma certa classe ameaçada no estilo da sua existência e das suas idéias, sem ver ao mesmo tempo o contrassenso de um privilégio que não tem por ele senão um passado a caminho da morte. O que há de paixão "positiva" no Regime deve-se a essa "vocaçao" de Salazar como salvador, não da Nação, como ilusoriamente imagina, mas de um estilo arcaico de existência que ele confunde, por educação e incapacidade dialéctica, com as exigências actuais da vida portuguesa. O salazarismo não nasceu do nada. Exprime, ou exprimiu, excelentemente, os interesses e as idéias de uma parte da Nação, aquela eterna parte de um povo a quem o conformismo aproveita porque é incapaz de renovação e de esperança. Salazar interiorizou a tal ponto esses interesses que não pôde nunca compreender que não coincidem com os interesses gerais da Nação. Em teoria, a sua doutrina do Bem Comum, subjetivamente certa, é a máscara dos interesses concretos de uma burguesia secretamente aterrada pelas injustiças que é incapaz de remediar. O génio de Salazar foi fornecer-lhe o sistema capaz de adormecer um medo que poderia ser salutar. O corporativismo meteu-se de permio entre a burguesia e a generalidade da Nação, não para evitar os conflitos e estabelecer boas relações entre as partes, mas para impedir que elas se vissem uma à outra, perpetuando assim o gozo de uma injustiça, há muito reduzida sem essa "paternal" intervenção. Essa famosa teoria do Bem Comum tem o condão de deixar alguns democratas em êxtase pela simples razão de que toman à letra o que na prática do Regime é grosselra demagogia. Só para espíritos já secretamente vendidos pelo que combatem ou para democratas comprometidos efectivamente por uma colaboração com o Regime que dizem detestar, tal espantinho do Bem Comum pode passar como refinada teoria política.

Para os simples, esse "slogan" é exactamente da mesma natureza de todos os outros com que o Estado Novo se envenena a si mesmo julgando adormecer a Nação. Faz parte da linhagem brilhante da "Revolução contínua", da "união nacional", das "neutralidades colaborantes", da "democracia orgânica". Não são invenções de grande política, são expedientes de esperteza sabia. Só a verdade liberta, está escrito, e o Regime nada na aparência, convertida cientemente em verdade. "Em política o que parece é". Mas o que parece custa muito caro, e nunca chega realmente a ser. Para manter a aparência que de confissão própria lhe constitui o cerne, o Estado Novo foi obrigado a refinar cada dia os ingredientes da sua demagogia orgânica. Esta foi a escada da transigência fatal, escada que o Regime desceu de costas, dando-se bem conta a cada novo lanço que nele deixava um pouco da falsa alma que possuía. Falho de uma política audaciosa e fecunda, enredou-se na teia dos compromissos que matam. A essência passiva do Regime foi-se concentrando aos poucos na única realidade substancial de uma política sem apoio popular. A força armada sente-se cada dia mais inquieta com a onda crescente dessa impopularidade. Do cóblio reaccionário por excelência, Ordem e Autoridade, desapareceu a toga, ficou a espada. Mas é uma espada envergonhada da sua nudez.

Os sustentáculos do Regime conhecem a sua fraqueza. Melhor a conhecem, porém, os jovens que não

lhe podem perdoar ter nascido à sombra de uma ditadura medíocre. A juventude hitleriana percebeu Hitler que lhe apontava o domínio tenebroso do mundo. A juventude fascista entendeu Mussolini oferecendo à pobreza italiana um novo Império Romano. A própria juventude espanhola que se bateu ao lado de Franco teve no combate real um móbil sinistro mas efectivo de quebrar a permanente angústia que a adolescência projecta no mundo. Salazar ofereceu-lhes a Ordem, manteve esburacado de uma velha Desordem, e a Autoridade, ideal da polícia que a não tem. Embrulhados nesses gastos papéis vieram os convites expressos de evasão da realidade política e social. O Estado se encarregaria dessas tarefas pouco exaltantes. No espírito ressentido de Salazar, a palavra "Política" teve sempre uma aura negativa, significou sempre a dos outros, a antiga política. É' mais uma amostra do carácter envergonhado de um Regime que se julgou ao abrigo da Política por se dizer acima da Política. Recentemente pretendeu emendar a mão, mas o falso remorso veio muito tarde. A juventude descobriu já, por sua conta e risco, que a Política tem um sentido, mas não a Política da má-consciência, incapaz de se dar pelo que é. Por este arremedo de política, simples politização hipócrita do viver nacional, a juventude não se baterá jamais. Como ela é o futuro, o Regime perdeu já a única batalha decisiva. O Estado Novo perdeu o futuro porque nunca teve senão a aparência justa do presente. A imagem e semelhança do seu condutor, imobilizado nos ressentimentos e nos frios sonhos adolescentes do Palácio dos Grilos, avaro triste do que não é seu, o coração do Regime esteve sempre no passado. Só a sua bolsa estava no futuro. Mesmo as barragens e as pontes parecer ter a nostalgia de não estar no século XV para terem por amigas a prosa vernácula que as celebra. Chega a ser comovente um Regime que navega ainda, por dentro, para Índias que não há. Só aí é que se sente em paz e pode celebrar nas mil exposições e centenários as missas solenes da sua perpétua ausência. É' a sua vitória de sonho sobre a "balbúrdia sanguinolenta", imagem-resumo da Democracia que o pensamento de Salazar nunca conseguiu superar. Mais do que tudo, foi esta imagem quem determinou a essência passiva do Estado Novo, fechando o horizonte para outra visão da Democracia. Esta referência constante à Democracia defunta, concebida como "balbúrdia sanguinolenta" e "poder na rua", foi o verdadeiro motor, "o pensamento activo" do Regime.

Infelizmente, tal pensamento, lembra muito um guarda-chuva voltado do avesso. Traduz velhice e impotência de origem. A juventude não poderia interessar-se por um combate político orientado em permanência contra um sistema que não conhece. Quanto aos velhos democratas era-lhes impossível, sem vender a alma ao diabo, integrar um Regime que os desprezava e ao mesmo tempo os unia, atirando-os, totalitariamente, para a Anti-Nação. Assim o Estado Novo criou um abismo sem ter asas para o vencer. Faltou-lhe, num grau raro entre nós, generosidade e confiança. Nasceu ressentido, isto é, a priori, vítima do inimigo que combatia para existir. Para justificar o seu suspenso nascimento exagerou até ao inverosímil os malefícios da velha Democracia. Quando a morte ou o silêncio dos antigos próceres já não justificava a gritaria, começou insuflando ar no pequeno balão do Comunismo. Era uma confissão de dupla impotência e o ponto mais baixo da sua demissão, esta invenção do comunismo como pápio político. Uma vez mais não apavorou a Nação mas apavorou-se a si mesmo. O seu dinamismo negativo é incapaz de por fim à sessão de espiritismo político com que sempre se entreteve para fugir à realidade. A cada nova manhã os fantasmas invocados para justificar o terror, em vez de se desfazer na bruma, solidificam-se. Neste mesmo instante, ressurgem do confortável túmulo que a propaganda de Salazar lhes fabricou, aureolados do prestígio da resistência a um regime conformista, os antigos fantasmas da Democracia e da Liberdade. A paixão positiva que os constitui foi suficiente para os não deixar morrer. Um acto de verdadeira coragem libertou-os já do túnel do medo que atravessaram a meias com o Regime. Para que futuro?

(Conclui no próximo número)